

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

MERCOSUL SOCIAL E PARTICIPATIVO

Construindo o Mercosul dos povos
com democracia e cidadania



MERCOSUL

SOCIAL E PARTICIPATIVO

Construindo o Mercosul dos povos
com democracia e cidadania

Mercosul Social e Participativo – Construindo o Mercosul dos Povos com Democracia e Cidadania é uma publicação da Secretaria-Geral da Presidência da República, produzida pela Assessoria para Assuntos Internacionais.

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Secretaria-Geral da Presidência da República

Ministro de Estado-Chefe Luiz Soares Dulci

Assessoria para Assuntos Internacionais

Renato Martins

Carolina Albuquerque

Maria Cristina Sampaio Lopes

Ana Carla Leite de Almeida

Simião Estelita Sá de Oliveira

Cláudio Alves Ribeiro Brennand

Nelma Carneiro da Silva

Tereza de Jesus Pereira Batista

Jornalista Responsável

Dorian Vaz / MG 04541 JP

Apoio

Departamento do Mercosul e Divisão de Temas Sociais, Políticos, Jurídicos e Institucionais do Mercosul / Ministério das Relações Exteriores

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Impresso em Brasília (DF), em maio de 2010.

MERCOSUL

SOCIAL E PARTICIPATIVO

Construindo o Mercosul dos povos
com democracia e cidadania



Créditos das fotos

Banco de Imagens da Secretaria de
Comunicação Social da Presidência da República

Banco de Imagens da Secretaria de
Políticas para as Mulheres

Banco de Imagens do Iphan/Ministério da Cultura

Banco de Imagens do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

André Valentim/Petrobras

Bruno Veiga/Petrobras

Francisco Medeiros/Ministério do Esporte

Gustavo Froner/Secretaria de
Políticas para as Mulheres

Coordenação do projeto gráfico
Ricardo Willian da Rocha

Editoração eletrônica
Tomaz André da Rocha

Revisão dos originais
Carla Janaína Ramos Barbosa

Impresso no Brasil
Imprensa Nacional

É permitida a reprodução total ou parcial,
de qualquer forma ou por qualquer meio, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO SOCIAL, TRABALHO E DEMOCRACIA

As Cúpulas Sociais e os novos mecanismos de participação	14
O Parlamento do Mercosul	20
Trabalho e direitos sociolaborais	26
Estratégias comuns de desenvolvimento social	30

SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA

A integração das políticas de saúde pública	36
Educação e cidadania em um novo cenário regional	41
Respeito à diversidade cultural do Mercosul	47

MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA FAMILIAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

O Mercosul e o meio ambiente	54
Agricultura familiar e segurança alimentar	57
Cooperativismo e economia solidária	61

INTEGRAÇÃO PRODUTIVA, TRATAMENTO DE ASSIMETRIAS E COMÉRCIO REGIONAL

Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul.....	68
Integração produtiva	74
O Mercosul econômico-comercial	80

MULHERES, DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE

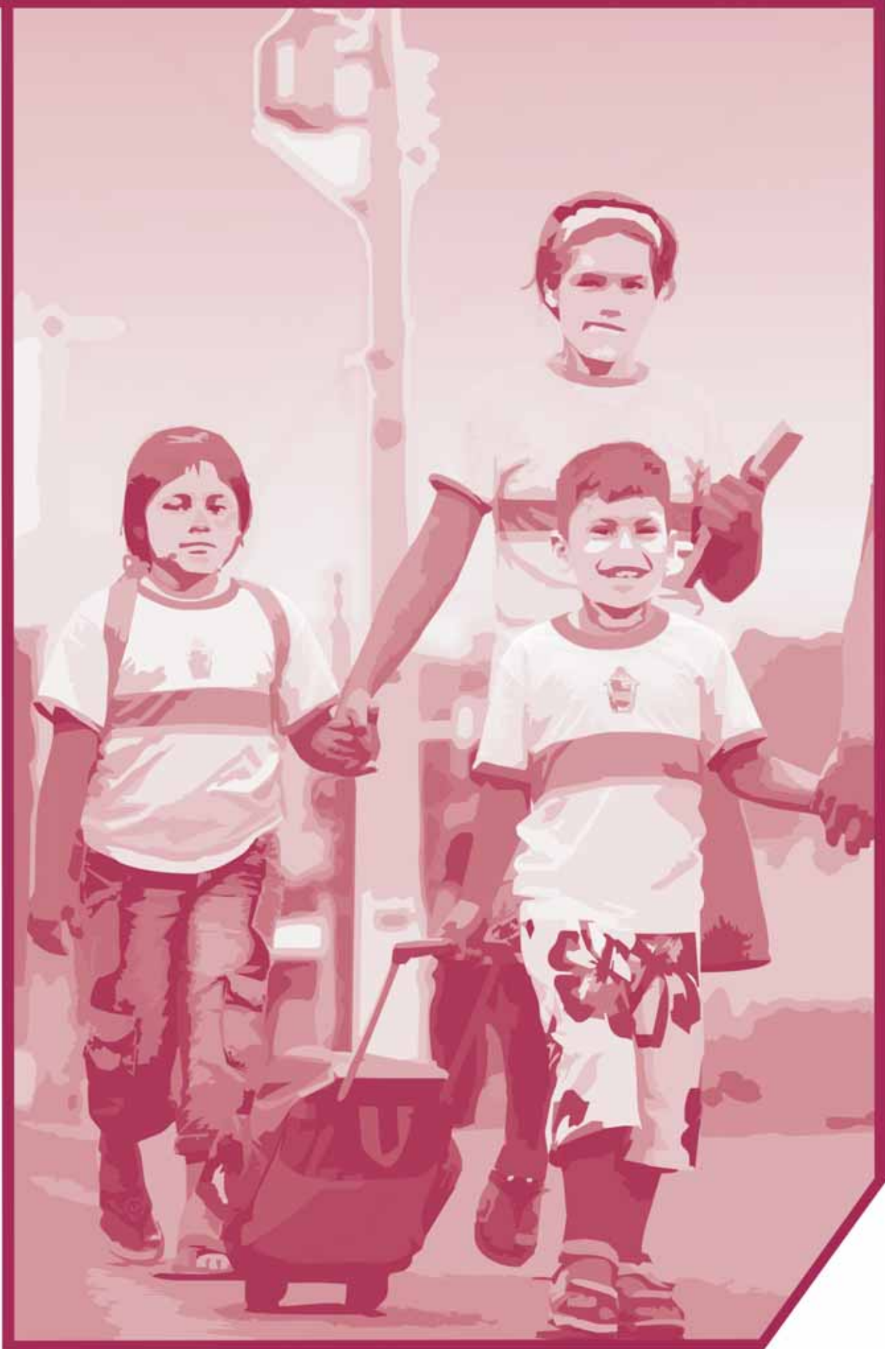
Igualdade de gênero e de oportunidades	86
A promoção dos direitos humanos no Mercosul.....	92
Juventude no Mercosul.....	96

LIVRE CIRCULAÇÃO, SEGURIDADE SOCIAL E SEGURANÇA REGIONAL

Livre circulação e seguridade social	102
Segurança regional, justiça e cidadania	105

TURISMO, ESPORTES, COMUNICAÇÃO, CIDADES E ESTADOS

Ações comuns de turismo e esportes	110
Municípios, Estados, Províncias e Departamentos	112
Políticas de comunicação pública.....	115



A integração sul-americana registrou importantes avanços nos últimos anos e o Mercosul tem contribuído de forma decisiva para isso.

Em janeiro de 2007, foram aprovados os primeiros projetos para o tratamento das assimetrias entre os países do Bloco pelo Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem). Hoje são 25 projetos, orçados em quase US\$ 200 milhões, a maior parte destinada ao Paraguai e ao Uruguai. Vários deles compreendem áreas sociais, como assentamento rural, saneamento básico e construção de moradia popular. Outros estão voltados para a integração da infraestrutura física, como a construção e recuperação de estradas e a transmissão de energia elétrica. Nesta área, fundamental para a inserção da região na economia mundial, as iniciativas adotadas no Mercosul complementam-se com as ações da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), como no caso da integração energética, amplamente debatida pelos presidentes e chefes de Estado na I Cúpula Energética Sul-Americana, realizada em Isla Margarita, Venezuela, em abril de 2007.

No que se refere à integração política, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) começou a funcionar efetivamente em julho de 2008, após sessão inaugural em 2007, sendo que o Paraguai já elegeu seus representantes

pela via direta. Além de aumentar a representatividade e a segurança jurídica do processo de integração, o Parlasul tornará mais ágil a aprovação nos Legislativos Nacionais dos acordos alcançados pelos Estados Partes. Em 2007, tiveram início as atividades do Observatório da Democracia do Mercosul. Discute-se atualmente a aprovação do critério de representação proporcional e a implementação de novos mecanismos destinados a fortalecer a relação entre o Parlamento e o Conselho do Mercado Comum. Para tanto foi criado, em dezembro de 2008, o Grupo de Alto Nível sobre a Relação Institucional entre o Conselho Mercado Comum e o Parlamento do Mercosul (Ganrel).

Em 15 de dezembro de 2009, o Senado brasileiro aprovou o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Decisão semelhante já havia sido tomada pela Argentina e pelo Uruguai. A Venezuela é o segundo destino das exportações brasileiras na América do Sul e o país com o qual o Brasil vem obtendo um de seus maiores superávits comerciais. Com esta decisão, o Mercosul caminha para se tornar um Bloco que vai da Patagônia ao Caribe, com 270 milhões de habitantes, um Produto Interno Bruto de US\$ 2,3 trilhões e um território de 12,7 milhões de quilômetros quadrados.

Constituiu-se um fato sem precedentes na diplomacia regional, a realização da I Cúpula da América Latina e Caribe (Calc), em

dezembro de 2008, na Costa do Sauípe (BA), iniciativa proposta pelo governo brasileiro. A II Calc reuniu-se em 23 de fevereiro de 2010, em Cancún, México. O fim do bloqueio a Cuba, a solidariedade ao Haiti e a defesa da soberania Argentina sobre as ilhas Malvinas constam das resoluções aprovadas pelos presidentes. O principal resultado do encontro, entretanto, foi a criação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos, mais um passo em direção à integração latino-americana. O novo organismo promoverá a integração regional e o desenvolvimento sustentável com base no direito internacional, na democracia, nos direitos humanos e na paz.

A fundação do Banco do Sul e a instituição do Sistema de Pagamentos em Moeda Local, ambos em 2007, são dois componentes da integração financeira e monetária da região. A conjugação de iniciativas da Unasul e do Mercosul, também nesta área, fortalece a integração regional. O Banco do Sul é um banco de fomento e desenvolvimento voltado para os países da América do Sul. Sua criação, oficializada em setembro de 2009, com capital inicial de US\$ 20 bilhões, significa um avanço em direção à integração financeira da região. O Sistema de Pagamentos em Moedas Locais (SML), por sua vez, permite a realização de transações comerciais, sem a necessidade de conversão ao dólar, entre os países do Mercosul que adotarem o sistema. Ao reduzir os custos dessas transações, o SML pode beneficiar as pequenas e médias empresas que realizam operações de comércio exterior.

Também há avanços no campo das ações externas comuns. Merecem destaque os esforços que vêm sendo feitos como forma de contribuir para a reconstrução e a consolidação institucional do Haiti. Essa mobilização ganhou ainda mais urgência após o terremoto de janeiro de 2010. Em comunicado emitido logo após o desastre, os presidentes dos Estados Partes e Associados do Bloco afirmaram “sua decisão de aprofundar a cooperação bilateral e regional com a República do Haiti e somar esforços àqueles da comunidade internacional frente a tão lamentável tragédia”.

Esta publicação mostra que conquistas importantes também ocorreram em áreas que vão além das questões econômicas e comerciais, como saúde, educação, cultura, direitos humanos, entre outras.

Dois aspectos chamam a atenção em relação ao Mercosul Social e Participativo e às ações que vêm sendo implementadas para superar o déficit de participação social existente no Bloco. O primeiro, relativo ao papel da sociedade civil, consiste na realização das Cúpulas Sociais como atividade oficial do Mercosul. Oito edições foram organizadas, entre 2006 e 2009, em diferentes cidades do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O envolvimento direto ou indireto de cerca de cinco mil lideranças de organizações sociais e movimentos populares dos Estados Partes e Associados comprova o êxito que esta experiência inovadora de participação social tem alcançado.

APRESENTAÇÃO

Trata-se de uma conquista valiosa, não só do ponto de vista da construção de uma nova agenda regional, focada na integração das políticas sociais, como também da adoção de um método distinto de condução política do Bloco, mais transparente e participativo. A ampliação dos espaços e das oportunidades de participação social reflete os contornos de uma nova institucionalidade que começa a se desenhar para o Mercosul. A mobilização de organizações sociais identificadas com o projeto da integração regional atualiza demandas por reformas institucionais.

O segundo aspecto refere-se à institucionalização desta experiência. O Mercosul requer a contribuição ativa de organizações da sociedade civil, como sindicatos de trabalhadores, associações empresariais, igre-

jas e pastorais sociais, confederações da agricultura familiar, cooperativas, redes de economia solidária, estudantes, ambientalistas, mulheres, negros, jovens, pessoas com deficiência, educadores e tantos outros setores que têm participado das Cúpulas Sociais. Em dezembro de 2008, os presidentes dos Estados Partes, reunidos na Costa do Sauípe, na Bahia, instruíram o Conselho do Mercado Comum a estudar mecanismos de financiamento das atividades do Foro Consultivo Econômico e Social e das Cúpulas Sociais.

O Foro Consultivo Econômico e Social e as Cúpulas Sociais poderão aportar sugestões da sociedade civil para os recém-criados Instituto Social do Mercosul (ISM) e Comissão de Coordenação dos Ministros de Assuntos Sociais (CCMAS). No desempenho de



suas funções a CCMAS, para a qual Brasil, Argentina e Uruguai já indicaram os seus representantes nacionais, fortalecerá a dimensão participativa da integração. Ainda em relação ao diálogo com a sociedade civil, em outubro de 2008 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo. Tais iniciativas contribuem para institucionalizar a participação das organizações sociais na discussão das políticas nacionais relativas ao Bloco.

Estes são alguns sinais dos avanços recentes da integração regional. Vários outros poderiam ser mencionados. O mais notável, porém, é que tudo isso aconteceu em uma conjuntura de crise financeira internacional aguda, sem precedentes nos últimos 70 anos. As condições externas adversas sali-

entam ainda mais o amadurecimento das instituições regionais. A integração da América do Sul adquiriu nos últimos anos uma dinâmica sustentável, em que se fortalece a tendência de reversão do padrão de dependência econômica e de subordinação política historicamente predominante na região.

Esta publicação contém informações e dados atualizados sobre várias áreas da integração regional e tem por objetivo contribuir para o fortalecimento de um Mercosul cada vez mais social e participativo. Elaborada conjuntamente pela Secretaria-Geral da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério das Relações Exteriores, a publicação contou com a colaboração dos demais Ministérios e das Secretarias Especiais que atuam no Mercosul.

Luiz Soares Dulci

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República



PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO SOCIAL, TRABALHO E DEMOCRACIA



1

As Cúpulas Sociais e os
Novos Mecanismos de Participação

O Parlamento do Mercosul

Trabalho e Direitos Sociolaborais

Estratégias Comuns de
Desenvolvimento Social

AS CÚPULAS SOCIAIS E OS NOVOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

Organizações sociais conquistam espaços de participação no Mercosul

As Cúpulas Sociais tornaram-se um evento regular da agenda oficial do Mercosul. Entre 2006 e 2009, oito edições foram realizadas com sucesso: Córdoba e Brasília, em 2006; Assunção e Montevidéu, em 2007; Tucumã e Salvador, em 2008; Assunção e Montevidéu, em 2009. Cerca de cinco mil participantes se incorporaram a essa experiência, o que constitui uma inovação institucional do Bloco.

A Cúpula Social do Mercosul, realizada em dezembro de 2008, em Salvador (BA), ocorreu em meio ao aprofundamento da crise mundial, cujos impactos já eram visíveis na região. As conclusões do encontro contribuíram para fortalecer uma estratégia de enfrentamento da crise que priorizasse a reforma do sistema financeiro internacional, o acesso ao crédito, os investimentos públicos e a defesa do emprego.

Essas alternativas eram impensáveis até pouco tempo atrás, quando a recessão era a primeira saída dos governos para enfrentar as crises financeiras internacionais. A mobilização do movimento sindical, representado pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, das organizações sociais e dos movimentos populares foi decisiva para o sucesso das políticas anti-cíclicas implementadas pelos governos dos Estados Partes.

A institucionalização dos mecanismos de participação

Até o final dos anos noventa, quando a agenda do Mercosul era predominantemente comercial, a representação da sociedade civil estava restrita aos setores econômicos, especialmente às associações empresariais e às organizações sindicais. A realidade de hoje é diferente. O setor dos trabalhadores do Foro Consultivo Econômico e Social contribui ativamente para a preparação das Cúpulas Sociais.

Juntamente com o Parlamento do Mercosul, a Comissão de Representantes Permanentes e as Reuniões Especializadas, participam das Cúpulas Sociais as organizações da agricultura familiar, de direitos humanos, do cooperativismo, da economia solidária, de micros, pequenos e médios empresários, de mulheres, de jovens, de negros, de estudantes e de pessoas com deficiência, entre outros.

Por decisão das presidências *pro tempore* do Brasil e do Paraguai, representantes das Cúpulas Sociais participaram das reuniões dos presidentes dos Estados Partes e Associados do Mercosul, no Rio de Janeiro (2007), Costa do Sauípe (2008) e Assunção (2009).

No comunicado conjunto aprovado na Costa do Sauípe, os presidentes reafirmaram o compromisso de ampliar os espaços de participação social e "instruíram o Conselho do Mercado Comum a examinar alternativas para apoiar financeiramente as atividades da Cúpula Social do Mercosul". Este é um passo importante para institucionalizar a participação social no Bloco. Outras iniciativas regionais, como o Programa Somos Mercosul, também precisam ser apoiadas e fortalecidas.

Plano de ação social do Mercosul

As Cúpulas Sociais têm incidência real no processo de integração. A proposta de elaboração do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS) foi discutida pela primeira vez na Cúpula Social do Mercosul, em Córdoba, em julho de 2006, levada aos presidentes dos Estados Partes e depois incorporada à agenda oficial. A atuação da Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social (RMADS) foi decisiva para o sucesso dessa iniciativa, que contou também com a contribuição de propostas emanadas do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo.

O Mercosul tem reafirmado o compromisso de ampliar e institucionalizar os espaços de participação social no Bloco. Iniciativas regionais, como a Cúpula Social do Mercosul e o Programa Somos Mercosul, foram apoiadas e fortalecidas.

A expectativa é de que a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMAS) seja instituída ainda em 2010 e dê início a seu trabalho de coordenação das políticas sociais regionais, incluindo o Plano Estratégico de Ação Social. Brasil, Argentina e Uruguai já indicaram os seus representantes para a Comissão.

No Brasil, as Cúpulas Sociais do Mercosul são coordenadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome também desempenha um papel-chave, assim como as Reuniões Especializadas, como a de Agricultura Familiar (Reaf), que desde sua criação conta com a participação dos movimentos sociais que representam o segmento na região.

Encontros com o Mercosul

Os Encontros com o Mercosul consistem em um ciclo de seminários de divulgação e debate sobre a integração regional por todo o território brasileiro, particularmente nas capitais distantes da fronteira Sul. Os seminários são organizados em parceria com os governos locais, sob coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Seção Brasileira do Foro Consultivo Econômico e Social, órgão de representação dos setores produtivos e sociais do Bloco. A iniciativa conta também com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e do Parlamento do Mercosul.

Cerca de cinco mil representantes das mais variadas entidades da sociedade civil, além de governadores, prefeitos e parlamentares, já participaram desses encontros.

O projeto atende a uma reivindicação de governos estaduais e municipais e de organizações da sociedade civil para acompanhar e discutir o Mercosul e os seus impactos locais. O Mercosul não diz respeito apenas aos estados das regiões Sul e Sudeste, onde os seus efeitos econômicos e comerciais são mais evidentes. Pelo fato de ser um tratado internacional, ele traz consequências para todo o território nacio-

O Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo abre um novo capítulo nas relações entre o governo brasileiro e a sociedade civil no que se refere à participação social no Bloco.

nal. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, devido à distância geográfica e às diferenças culturais, esses efeitos não são tão visíveis. Os Encontros com o Mercosul levam informações atualizadas sobre o Bloco também para essas regiões.

Os Encontros com o Mercosul tiveram início com o Programa de Trabalho do Mercosul 2004-2006. Este Programa expressava o compromisso dos presidentes dos Estados Partes de "propiciar a ampliação da participação da sociedade civil" no Bloco. Divulgado em 2003, ele apresentava pela primeira vez o conceito de Mercosul Cidadão para se referir às políticas de integração da saúde, da educação, da cultura e da previdência social. Sua aprovação foi o sinal de inflexão do Bloco, que deixava de ser um acordo exclusivamente comercial e passava a incorporar os temas da integração social.

Encontros realizados:

Recife (PE) - março de 2005
 Salvador (BA) - maio de 2005
 Belém (PA) - junho de 2005
 Belo Horizonte (MG) - outubro de 2005
 Fortaleza (CE) - maio de 2006
 Rio de Janeiro (RJ) - julho de 2008
 São Luís (MA) - outubro de 2009

Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo

O Decreto que institui o Programa Mercosul Social e Participativo foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 6 de outubro de 2008, em solenidade no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). Na mesma cerimônia foi lançado o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo. Ambas as iniciativas são coordenadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores.

O Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo abre um novo capítulo nas relações entre o governo brasileiro e a sociedade civil no que se refere à participação social no Bloco. Sua criação amplia a participação cidadã em uma área fundamental da política externa brasileira.

São atribuições do Conselho:

- Divulgar as políticas, prioridades, propostas em negociação e outras iniciativas do

governo brasileiro relacionadas ao Mercosul e à integração sul-americana;

- Fomentar discussões no campo político, social, cultural, econômico, financeiro e comercial que envolvam aspectos relacionados ao Mercosul e à integração sul-americana;
- Encaminhar ao Conselho do Mercado Comum e ao Grupo Mercado Comum do Mercosul propostas e sugestões que obtiverem consenso nas discussões realizadas com as organizações da sociedade civil.

Participam das reuniões do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo representantes de centrais sindicais, confederações da agricultura familiar, pastorais sociais, movimento negro, cooperativas, organizações de pequenos e médios empresários, economia solidária, direitos humanos, mulheres, juventude, meio ambiente, saúde, educação, cultura e pessoas com deficiência, entre outros. As reuniões também contam com a presença de autoridades do governo federal e técnicos das Reuniões Especializadas e das Reuniões de Ministros do Mercosul.

O Conselho reúne-se quatro vezes ao ano, sempre antecedendo as reuniões do Grupo Mercado Comum (GMC), de forma que as opiniões da sociedade civil brasileira sejam consideradas nas negocia-

ções oficiais. A quarta reunião do Conselho, ocorrida em dezembro de 2009, aprovou as seguintes recomendações:

- Apresentar proposta de projeto ao Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem);
- Estabelecer intercâmbio com o Instituto Social do Mercosul;
- Aprofundar a discussão sobre os acordos extrarregionais do Mercosul, com representante do Ministério das Relações Exteriores;
- Priorizar, em 2010, temas relacionados à educação, micro, pequena e média empresa e migrações, sem detrimento de outros que venham a ser incorporados.



DECRETO PRESIDENCIAL Nº 6.594
DE 6 DE OUTUBRO DE 2008

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, o Programa Mercosul Social e Participativo, com o objetivo de promover a interlocução entre o governo federal e as organizações da sociedade civil sobre as políticas públicas para o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Art. 2º O Programa Mercosul Social e Participativo tem as seguintes finalidades:

- I - divulgar as políticas, prioridades, propostas em negociação e outras iniciativas do governo brasileiro relacionadas ao Mercosul;
- II - fomentar discussões no campo político, social, cultural, econômico, financeiro e comercial que envolvam aspectos relacionados ao Mercosul;
- III - encaminhar propostas e sugestões que lograrem consenso, no âmbito das discussões realizadas com as organizações da sociedade civil, ao Conselho do Mercado Comum e ao Grupo do Mercado Comum do Mercosul.

Art. 3º O Programa Mercosul Social e Participativo será coordenado pelo Ministro de Estado-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores ou pelos substitutos por eles designados para esse fim.

§ 1º Participarão do Programa Mercosul Social e Participativo os órgãos e as entidades da administração pública federal, de acordo com suas competências, e as organizações da sociedade civil convidadas, nos termos e na forma definidos em portaria conjunta da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º Fica permitida a requisição de informações, bem como a realização de estudos por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal para o desenvolvimento do Programa Mercosul Social e Participativo.

§ 3º Poderão ser requisitados, na forma da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, servidores dos órgãos e entidades da administração pública federal para o cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 4º Na execução do disposto neste Decreto, o Programa Mercosul Social e Participativo contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O PARLAMENTO DO MERCOSUL

Integração política impulsiona a integração regional

No contexto de celebração do Bicentenário da Independência, nada melhor para comemorar o surgimento das nações soberanas latino-americanas do que reconhecer os atuais avanços da integração política regional. Se este passo não foi possível há duzentos anos, tendo prevalecido a fragmentação das ex-colônias diante das potências da época, as condições para a realização da integração política da América do Sul nunca foram tão favoráveis como agora. Ela deixou de ser uma utopia para se tornar um imperativo do crescimento econômico e do desenvolvimento social da região. A criação do Parlamento do Mercosul corresponde a esse novo estágio da integração política regional.

Outro aspecto a ressaltar é o fortalecimento da democracia e de seus vínculos com as políticas de desenvolvimento sustentável, respeito aos direitos humanos e justiça social. O Parlamento

tem muito a ver com este amadurecimento, não só do ponto de vista do aperfeiçoamento das instituições políticas, mas também da consolidação de uma cultura democrática nos países do Mercosul.

Da Comissão Parlamentar ao Parlasul

A integração política está presente desde a criação do Mercosul. O Tratado de Assunção, de 1991, já previa o estabelecimento da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), criada com o objetivo de inserir o Poder Legislativo no processo de integração. Quando a estrutura institucional do Mercosul foi estabelecida, em 1994, pelo Protocolo de Ouro Preto, a CPC foi incorporada ao organograma oficial com a função de conectar os Parlamentos Nacionais ao Conselho do Mercado Comum e ao Grupo Mercado Comum. Naquela época a Comissão estava composta por representações dos Parlamentos Nacionais.

Com o aprofundamento do processo de integração, ficou clara a necessidade de um maior intercâmbio político no Mercosul. Em 2004, a Comissão Parlamentar Conjunta foi encarregada de elaborar uma proposta de criação do Parlamento do Mercosul - o Parlasul. Em 14 de dezembro de 2006, em Brasília (DF), em sessão solene do Congresso Nacional, com a presença de representantes de todos os Estados Partes, o Parlamento do Mercosul foi constituído.

A criação do Parlamento do Mercosul corresponde a um novo estágio da integração política regional, que deixa de ser uma utopia para se tornar um imperativo do crescimento econômico e do desenvolvimento social da região.

A sede oficial do Parlasul está situada em Montevideu, no Uruguai. Foi lá que, em maio de 2007, aconteceu a sessão de instalação do Parlamento, quando tomaram posse os primeiros parlamentares do Mercosul.

Nessa etapa de transição, que se encerra em dezembro de 2010, os representantes foram indicados pelos seus respectivos Parlamentos Nacionais, num total de 18 por país. A previsão é de que até 2014 todos os parlamentares do Mercosul serão eleitos por voto direto.

Até dezembro de 2009, o Parlamento do Mercosul realizou 22 sessões plenárias ordinárias, quatro sessões especiais e seis extraordinárias. Foram constituídas dez comissões permanentes e duas especiais:

- Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais;
- Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários;
- Comissão de Assuntos Internacionais, Inter-regionais e Planejamento Estratégico;
- Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte;
- Comissão de Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social;
- Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Moradia, Saúde, Meio Ambiente, e Turismo;
- Comissão de Assuntos Interiores, Segurança e Defesa;
- Comissão de Cidadania e Direitos Humanos;
- Comissão de Infraestrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca;
- Comissão de Orçamento e Assuntos Internos;
- Comissão Especial para Diagnóstico da Situação Atual do Mercosul;
- Comissão Temporária para Análise da Denúncia do Movimento Camponês do Paraguai.

De 2007 a 2008 o Brasil presidiu as Comissões de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes; Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários; e Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo. Durante o biênio 2009-2010, o Brasil continuou responsável pela Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários e passou a presidir também a de Infraestrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca.

Em 2008, foi criado o Grupo de Alto Nível sobre a Relação Institucional entre o Conselho do Mercado Comum e o Parlamento do Mercosul (Ganrel). O Grupo está encarregado de elaborar uma

O Parlasul realiza audiências públicas e seminários temáticos em parceria com representantes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil dos países do Bloco.

proposta relativa aos procedimentos de interação entre os dois órgãos, com vistas a garantir a eficiência do processo decisório regional e a agilização dos trâmites legislativos para a incorporação de normativas que necessitem de aprovação dos respectivos parlamentos nacionais.

COMPETÊNCIAS DO PARLASUL

- Velar pela observância e atualização das normas do Mercosul;
- Velar pela preservação do regime democrático nos Estados Partes;
- Relatar anualmente a situação dos direitos humanos nos Estados Partes;
- Receber, ao final de cada semestre, da presidência *pro tempore*, relatório sobre as atividades realizadas durante o referido período;
- Receber, ao início de cada semestre, programa de trabalho da presidência *pro tempore* com os objetivos e as prioridades previstos para o semestre;
- Realizar reuniões com o Foro Consultivo Econômico e Social;
- Propor projetos de normas do Mercosul para consideração pelo Conselho do Mercado Comum;
- Elaborar estudos e anteprojetos a fim de promover a harmonização das legislações nacionais dos Estados Partes.

Audiências públicas e seminários abertos

Às Comissões do Parlasul é facultado convocar reuniões com representantes da sociedade civil, como audiências públicas ou seminários, para estimular processos de consulta e de intercâmbio de informações com os movimentos sociais, as universidades e os setores produtivos. Para essas reuniões também podem ser convidados representantes dos governos dos Estados Partes e autoridades do Mercosul. É possível requisitar cópias de documentos, resoluções e comunicados considerados necessários pelos participantes, ampliando o acesso às informações sobre as negociações em curso. Dentre as audiências públicas e seminários temáticos já realizados pelo Parlamento, pode-se mencionar as reuniões sobre o Aquífero Guaraní, a Declaração Sociolaboral do Mercosul, direitos humanos, violência doméstica, infraestrutura energética, cooperativas e meio ambiente, todas elas realizadas em parceria com representantes de movimentos sociais e com organizações da sociedade civil dos países do Bloco.

Composição do Parlamento do Mercosul

Atualmente, o Parlamento do Mercosul está constituído por 90 parlamentares, sendo 18 de cada Estado Parte (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e 18 pela Venezuela (em processo de adesão plena). Os parlamentares que compõem a representação brasilei-

ra no Parlamento do Mercosul (nove senadores, nove deputados e seus respectivos suplentes) foram indicados no início da atual legislatura, obedecendo à proporcionalidade partidária, com mandato até 31 de dezembro de 2010.

Após dois anos de negociação, os critérios de proporcionalidade da representação no Parlamento foram definidos. Em uma primeira etapa serão eleitos 37 parlamentares pelo Brasil, 26 pela Argentina, 18 pelo Paraguai e 18 pelo Uruguai. A segunda etapa – que leva em conta a possibilidade da adesão de novos Estados Partes – consistirá na eleição de 75 parlamentares brasileiros, 43 argentinos, 18 paraguaios e 18 uruguaios. A adoção definitiva do critério de representação cidadã que vigorará no Parlasul depende agora de aprovação do Conselho Mercado Comum.

Em 2008, o Paraguai elegeu, pelo voto direto, os 18 parlamentares que o representam no Parlasul. A partir de 2014, eleições diretas para o Parlamento serão realizadas simultaneamente nos quatro países, no dia do Mercosul Cidadão, previsto pelo Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Adesão da Venezuela

Em 15 de dezembro de 2009, o Senado brasileiro aprovou o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Até agora, Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela ratificaram o Protocolo, restando apenas a decisão do

Paraguai para a plena adesão da Venezuela ao Bloco.

Em 2008, a corrente de comércio entre Brasil e Venezuela atingiu US\$ 5,6 bilhões, dos quais US\$ 5,1 bilhões correspondem a exportações brasileiras. A Venezuela é o segundo destino das exportações brasileiras na América do Sul, e é o país com o qual o Brasil obtém um de seus maiores superávits comerciais.

Observatório da Democracia

Em março de 2009, foi aprovado o regulamento do Observatório da Democracia do Parlamento do Mercosul (ODPM). O Observatório deve contribuir para o cumprimento do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático. Também é sua atribuição acompanhar as eleições nos Estados Partes do Mercosul – bem como nos Estados Associados e em outros países que o solicitem – e promover o intercâmbio de experiências exitosas em matéria eleitoral.

O Observatório conta com um Conselho de Representantes integrado por três parlamentares de cada Estado Parte, com mandato de dois anos. O presidente do Parlamento coordena o Conselho, podendo delegar essa função a outro membro da Mesa Diretora. A revisão do regulamento será realizada depois de transcorridos dois anos de sua entrada em vigor.

Uma das primeiras ações do ODPM foi a missão de Observação do Mercosul às Eleições Gerais e Referendos de Autonomia do Estado Plurinacional da Bolívia, realizada a pedido da Corte Nacional Eleitoral daquele país. Integraram a delegação, presidida pelo parlamentar brasileiro Doutor Rosinha (PT-PR), os parlamentares Juan Bentancor e Pablo Abdala (Uruguai), Arturo Vera (Argentina), Cándido Vera, Zacarias Cárdenas e Ramón Domínguez (Paraguai), além do presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, deputado José Paulo Tóffano (PV-SP). A missão teve início em 3 de dezembro de 2009 e esteve presente nas cidades de La Paz, El Alto e em zonas rurais do Departamento de La Paz.

ALGUMAS RECOMENDAÇÕES JÁ APROVADAS PELO PARLASUL

Educação

Prevê a inclusão obrigatória da disciplina História da Integração da América Latina nos currículos escolares dos Estados Partes.

Tecnologias de Informação e Comunicação

Trata da adoção, a curto e médio prazo, de políticas de estímulo às TICs no Bloco, especialmente a implantação de Internet por banda larga em todas as escolas públicas do Mercosul.

Harmonização dos Currículos Universitários

Aprovada em maio de 2009, visa permitir, mediante o reconhecimento de diplomas, o livre exercício profissional entre os países do Bloco.

Idioma Guarani

Transforma o guarani em idioma oficial e de trabalho do Mercosul. O guarani é falado por 85% da população do Paraguai - além de cidadãos de regiões da Argentina, Bolívia e Brasil. A recomendação tramita agora no Conselho do Mercado Comum (CMC).

Corredores Bioceânicos

Propõe a realização de projeto, no âmbito do Focem, para execução de obras viárias de construção de corredores bioceânicos através dos Estados Partes.

Livre circulação e migrações

Propõe a ratificação de acordos sobre residência para nacionais dos Estados Partes e sobre regularização migratória interna de cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile.

Honduras

Condena o "anacrônico e absurdo" golpe de Estado em Honduras.

Moção de Repúdio à Diretiva de Retorno

Repudia as regras migratórias europeias, considerando-as uma violação aos direitos humanos.

Meio Ambiente

Prioriza iniciativas que buscam combater os efeitos da desertificação e recomenda o desenho de uma política comum para o uso dos recursos do Aquífero Guarani.

Infância

Recomenda medidas para evitar a difusão de material pedófilo pela Internet.

TRABALHO E DIREITOS SOCIOLABORAIS

**Mercosul atua em favor da
integração produtiva e da geração
de emprego e renda**

O mundo do trabalho está presente em distintos âmbitos institucionais do Mercosul. É assim desde 1991, quando foi criado o Subgrupo de Trabalho nº 10, sobre Assuntos Laborais, Emprego e Seguridade Social, órgão de apoio técnico ao Grupo Mercado Comum, integrado por representantes dos governos, de associações empresariais e de organizações sindicais. Desde então, essa participação tem sido ampliada - o que se justifica quando se consideram os impactos que os ajustes inerentes à integração podem acarretar sobre a estrutura produtiva e o mercado de trabalho. Uma integração menos assimétrica e socialmente justa requer a adoção de políticas públicas de promoção da agenda do trabalho decente.

Ao SGT nº 10 compete analisar os temas laborais e previdenciários e propor ao Grupo Mercado Comum medidas de promoção do trabalho no Mercosul. O Subgrupo aborda temas tais como relações trabalhistas, emprego, migração e formação

profissional, inspeção, saúde laboral, seguridade social e trabalho infantil. As questões direta ou indiretamente ligadas aos trabalhadores também estão presentes na Comissão Sociolaboral e no Grupo de Alto Nível Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego (GANEmple).

Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul

O Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul (OMTM) acompanha a evolução do mercado de trabalho na região e tem por objetivo subsidiar os governos e os atores sociais na formulação de políticas públicas adequadas à realidade laboral dos Estados Partes e ao processo de integração regional. O Observatório foi concebido para ser um espaço de investigação do presente e de elaboração de perspectivas para o mundo do trabalho no Mercosul.

A partir de 2008, o Observatório passou a funcionar como órgão auxiliar do Grupo Mercado Comum, com a atribuição de implementar a Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego e prestar assessoramento ao GANEmple. Por meio do monitoramento do mercado de trabalho, o Observatório formula propostas aos Estados Partes acerca das políticas de emprego, trabalho e salários.

No momento, o órgão desenvolve estudo sobre as consequências da crise financeiri-

ra internacional sobre o emprego nos países do Mercosul. Tem ainda divulgado informes periódicos sobre a situação do trabalho na região, contendo indicadores que facilitam a comparação entre os países membros e a elaboração de políticas comuns para atenuar os efeitos da crise. Essas informações estão disponíveis no endereço eletrônico <www.observatorio.net>.

Promoção do pleno emprego e do trabalho decente

Na Declaração dos Ministros do Trabalho dos Estados Partes do Mercosul, aprovada durante a presidência *pro tempore* do Brasil, em 2008, os governos enfatizaram o compromisso com a promoção do pleno emprego e da agenda do trabalho decente na região, sempre em equilíbrio com os requisitos de produtividade e os ganhos de competitividade das economias locais.

O documento ressalta a necessidade da adoção de medidas destinadas a evitar ou reduzir os efeitos negativos da crise internacional sobre o emprego. Recomenda uma maior articulação entre os foros do Mercosul dedicados à questão sociolaboral e ao fortalecimento da participação dos Ministérios do Trabalho na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento nacionais e regionais. A partir dessas premissas, os Ministérios do Trabalho do Mercosul estabeleceram prioridades de atuação para os órgãos sociolaborais e para o Grupo de Alto Nível de Emprego (GANEmple).

Seguridade social

O Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, assinado em Montevideu, Uruguai, em 14 de dezembro de 1997, busca garantir aos trabalhadores migrantes e familiares o acesso às prestações da seguridade social nas condições proporcionadas aos nacionais do país em que se encontram. No Brasil, o acordo entrou em vigor em 1º de junho de 2005. Para debater o assunto foi realizado, em 2008, em Buenos Aires, Argentina, o Seminário sobre Livre Circulação de Trabalhadores e Integração Fronteiriça no Mercosul.

Como trabalhar nos países do Mercosul

Em 2010 será lançada a cartilha “Como Trabalhar nos Países do Mercosul”, que tem por objetivo divulgar informações bá-

*Uma integração menos
assimétrica e socialmente justa
requer a adoção de políticas
públicas de promoção da
agenda do trabalho decente.*

sicas para os cidadãos que pretendem trabalhar em outro país do Bloco, com especial atenção às zonas de fronteiras. A cartilha conterà informações sobre os direitos, deveres e cuidados que os trabalhadores devem adotar ao estabelecer residência em outro Estado Parte, com base nos acordos trabalhistas e previdenciários que existem no Mercosul. Esta ação faz parte do Plano Regional para Facilitar a Livre Circulação de Trabalhadores no Mercosul.

O Plano Regional e as políticas de formação e qualificação profissional para os trabalhadores migrantes foram alguns dos temas discutidos durante o II Seminário sobre Livre Circulação de Trabalhadores no Mercosul, realizado em 2009, em Montevideu, Uruguai.

Trabalho Infantil

O Mercosul tem tolerância zero com o trabalho infantil e a exploração de menores. Em 2006 foi aprovado o Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul, uma medida que demonstra como está se dando a regionalização de políticas antes formuladas e implementadas no nível exclusivamente nacional. Atualmente buscam-se meios de financiamento para execução das ações previstas no Plano.

O Mercosul tem tolerância zero com o trabalho infantil e a exploração de menores.

Inspeção do Trabalho

Em julho de 2009 foi aprovado o Plano Regional de Inspeção do Trabalho do Mercosul (PRITM), que se baseia em duas ações: fiscalização das empresas, por um lado, e formação e capacitação de inspetores, por outro. O Brasil é responsável pelo desenvolvimento do novo Sistema de Formação de Inspetores do Trabalho do Mercosul.

Comissão Sociolaboral

A Comissão Sociolaboral do Mercosul, criada em 1999, é um órgão tripartite, integrado por representantes governamentais, dos trabalhadores e das empresas, que tem o objetivo de apoiar e acompanhar a aplicação da Declaração Sociolaboral do Mercosul. No âmbito desta Comissão, foi criado um grupo de trabalho, composto por representantes dos Estados Partes, para estudar a reforma da Declaração. A revisão em curso

contempla três aspectos do documento: conteúdo normativo, sistema de seguimento e natureza jurídica.

A Declaração sociolaboral estabelece normas e procedimentos comuns relativos à circulação dos trabalhadores e à melhoria das oportunidades de emprego e das condições de trabalho nos países do Bloco. Ela também contém um conjunto de princípios e direitos sociais referentes à área trabalhista que deve ser respeitado pelos Estados Partes.

Em dezembro de 2008, durante a Cúpula Social do Mercosul, em Salvador, foi lançada a Edição Comemorativa dos 10 anos da Declaração Sociolaboral do Mercosul.

Estratégia Mercosul de crescimento do emprego

O Grupo de Alto Nível Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego (GANEmple) promove a articulação entre os Ministérios do Trabalho, os foros sociolaborais regionais e outros ministérios da área econômica. O GANEmple mantém diálogo constante com diferentes órgãos do Mercosul - como o SGT nº 7 (Indústria), o Grupo de Integração Produtiva, a Reunião Especializada de Cooperativas e a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar - com vistas a identificar medidas para implementar as Diretrizes Mercosul de Crescimento do Emprego.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

TUCUMÁN, ARGENTINA, 29 DE JUNHO DE 2008

"Sugerimos políticas de produção e emprego que permitam gerar complementaridade dentro dos processos de integração regional."

"Sugerimos que os trabalhadores possam formar parte da estrutura orgânica do Banco do Sul, como garantia do cumprimento da função para a qual foi criado."

"Sugerimos a geração de políticas de emprego com inclusão social, que permitam afiançar o processo de integração regional."

"Sugerimos o aprofundamento dos Programas Nacionais e Regionais de Trabalho Decente como um instrumento para o crescimento harmônico da produção e do emprego."

"Sugerimos que se aborde o tratamento da redução da jornada laboral como uma forma de gerar novos postos de trabalho, sem que isto signifique uma diminuição no salário."

"Finalmente, a sociedade civil promove e apoia o processo de Revisão da Declaração Sociolaboral do Mercosul, como um instrumento básico para o desenvolvimento social da região."

ESTRATÉGIAS COMUNS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Novos órgãos de coordenação das políticas sociais fortalecem a integração

A convergência entre crescimento econômico e desenvolvimento social, experimentada nos últimos anos na região, é resultado de escolhas políticas e corresponde ao estágio atual de democratização do Mercosul.

A Declaração sobre Medidas de Promoção e Proteção na Área Social em Resposta à Crise Financeira Mundial, aprovada em dezembro de 2008, na sessão ampliada do Conselho do Mercado Comum, na Costa do Sauípe (BA), é um exemplo desse novo enfoque. Nela, os Estados Partes e Associados “reiteram a importância de investimentos na área social que protejam as camadas mais vulneráveis da população e estimulem a geração de empregos, a demanda e a produção de bens e serviços, com benefícios para a economia regional em seu conjunto”.

No Brasil, a eficácia de programas como o Bolsa Família, o Luz para Todos, e o Universidade para Todos (ProUni) é reconhe-

cida pela sociedade e por organismos internacionais e constitui uma referência para países que enfrentam desafios semelhantes de combate à pobreza. A crise financeira mundial veio mostrar que, além de socialmente justas, as políticas sociais também são eficazes do ponto de vista econômico, pois permitiram que o Brasil retomasse a trajetória de crescimento e saísse fortalecido da crise. Compartilhada por Estados Partes do Mercosul, esta abordagem está na origem de ações e mudanças institucionais que têm por objetivo aprofundar a integração social do Mercosul.

A realização de reuniões ampliadas do Conselho do Mercado Comum (CMC) com a participação de ministros das áreas sociais é outro passo importante. Até então, participavam das reuniões do CMC apenas os chanceleres e os ministros das áreas econômicas dos Estados Partes. A criação do Instituto Social do Mercosul (ISM) e da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais (CCMAS) também são sinais importantes desta inflexão social do Bloco.

A criação do Instituto Social do Mercosul e da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais demonstra o destaque que a agenda social do Bloco tem recebido.

Instituto Social do Mercosul

O Instituto Social do Mercosul (ISM) foi criado em janeiro de 2007 com os seguintes objetivos:

- Colaborar tecnicamente na elaboração de políticas sociais regionais;
- Sistematizar e atualizar indicadores sociais regionais;
- Compilar e intercambiar boas práticas em matéria social;
- Promover mecanismos de cooperação;
- Identificar fontes de financiamento;
- Avançar no desenvolvimento da dimensão social do Mercosul;
- Contribuir para a superação das assimetrias entre os Estados Partes.

Na reunião do Conselho do Mercado Comum, em dezembro de 2008, na Costa do Sauípe (BA), foram aprovados a estrutura do Instituto e o seu orçamento para o exercício de 2009. Durante a presidência *pro tempore* paraguaia de 2009, foi aprovado o Plano Operativo Anual do Instituto Social e inaugurada a sua sede, situada em Assunção. O Paraguai é o país responsável pelo primeiro mandato da Direção Executiva do ISM, com duração de dois anos. A partir daí, a rotatividade do cargo dar-se-á por ordem alfabética dos Estados Partes do Mercosul.

O Instituto Social do Mercosul é uma instância técnica de pesquisa no campo das políticas sociais que atuará de acordo com as orientações da Reunião de Ministros e

Autoridades de Desenvolvimento Social. O ISM será financiado com contribuições voluntárias dos Ministérios de Desenvolvimento Social, como também com eventuais recursos provenientes de organismos internacionais e organizações não-governamentais.

Plano Estratégico de Ação Social

No Comunicado Conjunto dos Estados Partes do Mercosul, aprovado na Cúpula de Córdoba, Argentina, em julho de 2006, os presidentes instruíram os ministros com competência na temática social a elaborar diretrizes para a construção de um Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS). O Plano tem o objetivo de construir uma agenda social conjunta para promover o desenvolvimento humano integral e identificar medidas destinadas a impulsionar a inclusão social na região.

A Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul foi encarregada de apresentar uma proposta para o Plano. No Brasil, os ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome reuniram-se com os demais ministérios das áreas sociais para elaborar uma versão preliminar da proposta. O documento foi discutido no Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo e enriquecido com sugestões das organizações sociais. Durante a presidência *pro tempore* brasileira, em 2008, foi entregue ao Conselho do Mercado Comum (CMC) uma proposta de Diretrizes do Plano, contendo os seguintes eixos:

- Erradicação da fome, combate à pobreza e às desigualdades sociais e fortalecimento da ajuda humanitária;
- Direitos humanos, participação social, circulação de pessoas e diversidade;
- Saúde;
- Educação e cultura;
- Integração produtiva, agricultura familiar, economia solidária e cooperativas.

Os temas priorizados pelo Plano são muito semelhantes às questões contidas nas declarações das Cúpulas Sociais. Isto não é mera coincidência, e evidencia os vínculos entre o Mercosul Social e Participativo e a agenda institucional do Bloco.

Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais

As conquistas econômicas e comerciais do Mercosul vêm sendo acompanhadas pelo avanço da integração política, social e

Os temas sociais têm sido trabalhados no interior do Mercosul com base na ideia da centralidade da dimensão social da integração.

cultural da região. Para fortalecer esse processo, o Conselho do Mercado Comum instituiu a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMAS). A Comissão tem a função de articular ações interministeriais e promover a coordenação das políticas sociais no Mercosul. A criação da CCMAS foi aprovada durante a presidência *pro tempore* brasileira de 2008. Brasil, Argentina e Uruguai já indicaram seus representantes e, no caso do Brasil, a representação está a cargo da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Reuniões ampliadas

Em dezembro de 2008, foi realizada, no Brasil, a primeira Reunião Ampliada do Conselho do Mercado Comum, com a presença dos ministros do Desenvolvimento Social dos Estados Partes e Associados. Na ocasião, foram aprovados eixos e diretrizes para a elaboração de um Plano Estratégico de Ação Social. A fórmula foi repetida no Paraguai, em julho de 2009, quando ministros da Saúde e do Desenvolvimento Social foram convidados a participar de sessão ampliada do CMC, com o objetivo de discutir ações comuns de combate ao vírus da Influenza A (H1N1).

Articulações como essas refletem o modo como os temas sociais têm sido trabalhados no interior do Mercosul, com base na ideia da centralidade da dimensão social da integração. Trata-se de enxergar o desenvolvi-

mento social como eixo transversal e articulador de todo o processo de integração e, ao mesmo tempo, de superar tanto as abordagens meramente assistencialistas, quanto a falsa dicotomia entre as políticas econômicas e sociais. Segundo este entendimento, os direitos sociais incluem, além da assistência social e da previdência, a implementação de políticas públicas de saúde, educação, segurança alimentar, cultura, emprego, entre outras.

A Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS) aprovou, em dezembro de 2009, proposta de projeto conjunto sobre Economia Solidária para a Integração Regional. Com duração de cinco anos e recursos que serão solicitados ao Focem, o projeto visa, entre outros objetivos, à criação de Centros de Promoção de Economia Social e Solidária em zonas de fronteira.

A instalação do Instituto Social do Mercosul e da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais constitui um passo a mais para o aprofundamento da integração social do Mercosul e reflete o entendimento de que o desenvolvimento social, a integração produtiva e a superação de assimetrias entre os países do Bloco são prioridades para o sucesso da integração regional.

Segurança alimentar e nutricional

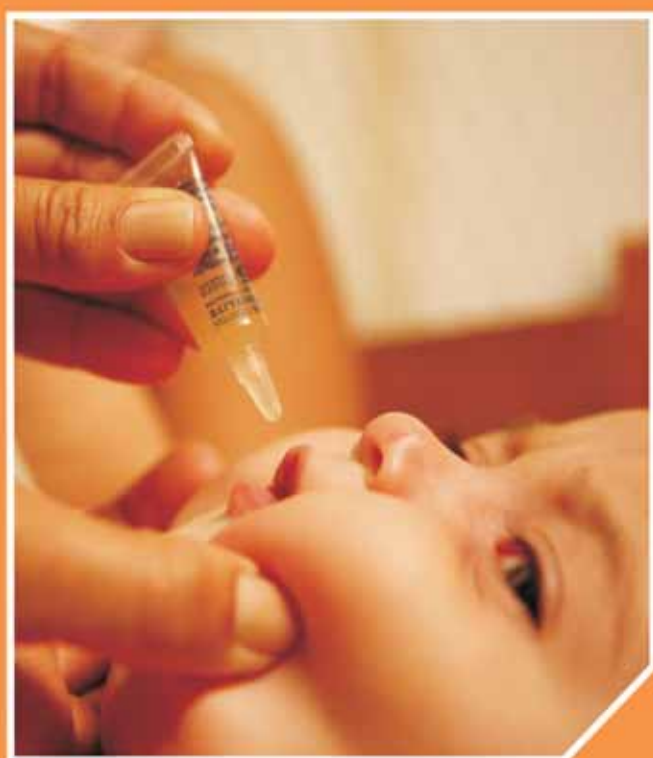
A XV Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul, realizada em novembro de 2008, durante a

presidência *pro tempore* brasileira, aprovou a Declaração de Brasília - por um Mercosul sem fome e em pleno exercício de sua soberania alimentar. Por meio da Declaração, os ministros dos Estados Partes e Associados comprometem-se a implementar políticas públicas ativas para alcançar a soberania alimentar, garantindo a autonomia para definir que alimentos produzir e de que maneira, tendo em conta não somente a demanda externa, como também as necessidades e os costumes de cada país.

Ainda em 2008 foi realizado, em Brasília (DF), o seminário Segurança Alimentar no Mercosul. O evento tratou de temas como a institucionalidade das políticas para o setor, a educação alimentar e nutricional, a produção e o acesso aos alimentos, com o intuito de chegar a uma posição conjunta dos Países Partes e Associados. O conceito de soberania alimentar utilizado no encontro está de acordo com a definição adotada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

A necessidade de divulgar o debate sobre a segurança alimentar e nutricional regional levou o Conselho do Mercado Comum a aprovar, a partir de proposta da RMADS, recomendação que instrui o Mercosul a incorporar-se à celebração do Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, instituído pela FAO em 1979. As celebrações devem ocorrer especialmente nas regiões fronteiriças dos Estados Partes, com atividades simultâneas, envolvendo populações e atores sociais nos atos e trabalhos comemorativos.

SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA



2

A Integração das Políticas de
Saúde Pública

Educação e Cidadania em um
Novo Cenário Regional

Respeito à Diversidade Cultural
do Mercosul

A INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA

Cidadãos do Mercosul ampliam direito à saúde

Na reunião dos presidentes dos Estados Partes e Associados, em junho de 2009, em Assunção, Paraguai, o tema da saúde, especialmente o acesso às vacinas contra o vírus da Influenza A (H1N1), foi amplamente discutido. Na ocasião ficou decidido que as autoridades da área da saúde voltariam a se reunir para tratar especificamente do assunto. O novo encontro ocorreu em agosto daquele ano, no Equador, por convocação do Conselho de Saúde da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Na Declaração de Quito, aprovada no encontro, as autoridades de saúde reiteraram que os direitos de propriedade intelectual não devem impedir a adoção de medidas para proteger a saúde pública, e propuseram a utilização do Fundo Rotatório da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) como instrumento de negociação conjunta para a compra de vacinas. A decisão tem por objetivo facilitar o acesso oportuno e equitativo aos medicamentos por parte da população mais vulnerável.

A pronta ação dos governos dos países do Mercosul em relação ao acesso às vacinas contra o vírus da Influenza A (H1N1) demonstra a importância da integração das políticas de saúde pública na região. As autoridades da área da saúde têm tratado de temas diversos, cientes de que para diminuir as assimetrias existentes entre os sistemas de saúde são necessárias políticas públicas baseadas nos princípios da equidade, da participação, da eficiência, da descentralização e da integração. A harmonização dos sistemas de saúde é um direito fundamental do cidadão do Mercosul.

Consolidação das políticas de saúde

Os acordos assinados a partir de 2006 impulsionaram a integração de políticas regionais em relação ao controle do tabaco, promoção da segurança alimentar e nutricional, acesso a medicamentos e critérios de patentes, regulamentação de listas de espera para transplantes de órgãos, ações para a redução da mortalidade materna e neonatal e fortalecimento de sistemas regionais de gestão da saúde pública.

As diretrizes sociais para a saúde na região estão definidas no Plano de Trabalho para a Consolidação de Políticas de Determinantes Sociais e Sistemas de Saúde, aprovado em 2009 pelos ministros da Saúde dos Estados Partes e

Associados. Para atingir os objetivos definidos pelo Plano é preciso fortalecer a articulação entre as políticas públicas regionais de todas as áreas sociais do Mercosul.

Circulação de medicamentos e vigilância epidemiológica

Houve avanços no que se refere à livre circulação dos produtos indispensáveis à promoção e assistência à saúde das populações nos países do Bloco. Também vem sendo fortalecido o Sistema de Vigilância Epidemiológica do Mercosul, por meio de mecanismos de articulação com outros fóruns da região, como o Organismo Andino de Saúde.

O Brasil tem se empenhado particularmente em garantir o bom desenvolvimento da Política de Medicamentos do Mercosul, área que compreende o acesso, o uso racional, a segurança, a eficácia e a qualidade dos medicamentos. Ainda nesta área, os ministros de Saúde do Mercosul aprovaram acordo para a adoção de critérios que protejam a saúde pública de possíveis impactos negativos causados pelas regras internacionais de patente.

Novos sistemas de informação

Os ministérios de Saúde vêm trabalhando para aperfeiçoar ferramentas de comunicação do Bloco, tanto para agilizar os contatos entre os gestores de políticas de

A saúde como direito fundamental do cidadão do Mercosul pressupõe a harmonização dos sistemas nacionais de saúde pública.

saúde pública, quanto para garantir o acesso dos cidadãos às informações necessárias para fazer valer seu direito à saúde.

O Brasil coordena o Núcleo de Articulação e Operacionalização dos Sistemas de Informação e Comunicação, área responsável pela implantação de programas como o Fórum Virtual de Articulação, ferramenta de comunicação virtual voltada para os gestores nacionais de políticas de saúde. O Núcleo também é responsável pela implantação do TC Legis, um banco de informações sobre a legislação de Saúde do Mercosul, do Glossário Virtual do Mercosul e do novo Portal da Saúde no Mercosul <www.mercosulsaudedevsite.com.br>.

Parcerias

O Ministério da Saúde do Brasil desenvolve uma série de projetos de cooperação e assistência técnica com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS), junto com a Reunião dos Ministros da Saúde do Mercosul e Estados Associados e com o

Subgrupo de Trabalho nº 11. Essa cooperação tem por objetivo desenvolver as políticas públicas de saúde no Mercosul. A Opas tem apoiado a integração das políticas regionais de saúde por meio de suas unidades técnicas junto aos Estados Partes e Associados.

Um dos projetos de maior importância no âmbito da cooperação com a Opas foi firmado durante a presidência *pro tempore* do Brasil em 2008. Trata-se da criação do Observatório de Sistemas de Saúde, com o objetivo de fortalecer os sistemas e as políticas públicas de saúde no Mercosul.

Mostra fotográfica

O Ministério da Saúde do Brasil tem divulgado nos Estados Partes a mostra fotográfica “Mercosul: Por onde passa a saúde”. A mostra itinerante foi lançada em novembro de 2008, durante a presidência *pro tempore* brasileira, no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro (RJ), e realça a importância da diversidade cultural e social para a integração da saúde. Por meio de imagens, estimula-se a reflexão a respeito da saúde como fator de integração entre os povos.

Regulamento sanitário

Quando comparada a outros países, é bastante destacada a incorporação das normas do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) por parte dos Estados Partes do Mercosul. O Ministério da Saúde do Brasil

busca garantir o cumprimento das normas internacionais por meio do fortalecimento de sua capacidade para detectar, comunicar e responder aos acontecimentos relacionados à saúde pública, realizando inspeções sistemáticas e atividades de controle sanitário nos aeroportos internacionais, nos portos e em alguns pontos fronteiriços terrestres.

Secretaria Técnica de Saúde

Um dos projetos prioritários apresentados pelo Brasil durante a presidência *pro tempore* paraguaia, em 2009, foi o de criação de uma Secretaria Técnica de Saúde, vinculada à Secretaria Técnica do Mercosul, com o objetivo de promover o fortalecimento da estrutura institucional do Bloco na área da saúde pública. A complexidade dos temas dos foros de saúde demanda a criação de órgão de apoio técnico e assessoramento, em razão do crescente volume de normas e atividades a serem acompanhadas. Entre outros benefícios, a criação da Secretaria facilitaria a apresentação de projetos na área da saúde ao Focem.

Saúde nas fronteiras

Desde 2007, grupos de trabalho bilaterais foram criados ou reativados nas zonas fronteiriças com o Uruguai, o Peru e a Venezuela. No momento estão em andamento negociações com outros países da região, como a Colômbia, a Bolívia, e a Guiana Francesa. A seguir, tem-se uma ideia da importância desses acordos.

Uruguai

O Acordo Brasil-Uruguai para Permissão de Serviços de Saúde entre pessoas físicas ou jurídicas facilitará o acesso aos serviços de saúde para os cidadãos brasileiros e uruguaios residentes no Chuí, Santa Vitória do Palmar/Balneário do Hermenegildo, Barra do Chuí, Jaguarão, Aceguá, Santana do Livramento, Quaraí e Barra do Quaraí, no Brasil; e em Chuy, 18 de Julio, Barra do Chuy, La Coronilla, Río Branco, Aceguá, Rivera, Artigas e Bella Unión, no Uruguai.

Nesta região de fronteira as localidades brasileiras distam até 700 quilômetros da capital do estado, Porto Alegre (RS). Por meio de contratos entre as instituições públicas e privadas, o acordo garantirá a oferta de serviços de saúde e facilitará a organização dos fluxos de atendimento. Isto permitirá, por exemplo, que gestantes de Barra do Quaraí sejam atendidas na vizinha Bella Unión, evitando a necessidade de se deslocar até a unidade de referência brasileira mais próxima. Em Quaraí, pacientes brasileiros que necessitem de procedimentos de hemodiálise poderão ser atendidos em Artigas, no Uruguai.

O Acordo já foi aprovado pelos Congressos de ambos os países. No Brasil, entrou em vigência na data de sua publicação, 14 de dezembro de 2009. Do lado uruguaio, aguarda ratificação e promulgação pela Presidência da República.

Acordos bilaterais nas fronteiras facilitam o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde.

Venezuela

Na fronteira com a Venezuela foram criadas seis comissões na área de Saúde Indígena, Atenção à Saúde, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária e HIV/Aids.

Em setembro de 2009, essas comissões elaboraram um plano de ação para o período de 2009-2012, no qual se destacam medidas para a eliminação da oncocercose - cegueira infecciosa transmitida por mosquitos, conhecida como “cegueira dos rios” ou “mal do garimpeiro” - entre a população yanomami. Outros temas contemplados são o aumento da cobertura vacinal; a prevenção à malária e a promoção da saúde dos povos indígenas; a constituição de um fluxo mais rápido de informações epidemiológicas; a elaboração de indicadores que permitam controle mais eficaz das doenças nessas localidades e a melhoria das condições de acesso das equipes de saúde às áreas a serem assistidas.

Peru

Em agosto de 2009 foi realizada a I Reunião do Grupo de Trabalho em Saúde na

Fronteira Brasil-Peru. Na ocasião, foram discutidas propostas sobre vigilância epidemiológica e assistência de serviços de saúde. O Grupo de Trabalho pretende desenvolver uma estratégia conjunta de

controle e vigilância sanitária na fronteira, levando em consideração a pandemia da Influenza A (H1N1). O Grupo prepara atualmente um Manual Operacional contendo diretrizes sobre a saúde na região.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

MONTEVIDÉU, URUGUAI, 7 DE DEZEMBRO DE 2009

“Consideramos que a saúde é um direito humano e social inalienável, sendo dever e obrigação dos Estados garanti-la com financiamento público.”

“A saúde coletiva e a qualidade de vida devem ser prioridades da agenda dos países membros do Mercosul, com uma real participação dos povos no desenho, execução, gestão e controle das políticas públicas.”

“As determinações sociais, econômicas, culturais e ecológicas são responsáveis pela construção social da saúde coletiva de nossos povos.”

“Consideramos que alimentação adequada, moradia digna, educação, trabalho, acesso à água potável e serviços sanitários integrais, entre outros direitos sociais, econômicos e culturais, contribuem para o cuidado da saúde.”

EDUCAÇÃO E CIDADANIA EM UM NOVO CENÁRIO REGIONAL

Participação social fortalece integração das políticas de educação

A educação pública de qualidade é um fator de mudanças estruturais nas sociedades e constitui uma ferramenta imprescindível para o fortalecimento do Mercosul. Para alcançar os objetivos da integração da educação, o Setor Educacional do Mercosul atua, desde 1992, em favor da harmonização e da coordenação das políticas educacionais no Bloco.

A realização de atividades como o IV Foro Educacional do Mercosul, em 2008, em Buenos Aires, e do Seminário do Setor Educacional, em 2009, em Montevideu, confirma a importância da participação social para a integração educacional do Mercosul. Como nas edições anteriores, esses eventos contaram com a participação de organizações da sociedade civil ligadas ao setor educacional.

Os temas centrais da integração educacional são o ensino obrigatório dos idiomas espanhol e português, o reconhecimento dos

diplomas universitários, a mobilidade de alunos e professores, o estímulo à pesquisa, o incentivo à leitura, a criação de bibliotecas, o intercâmbio entre cursos de pós-graduação e a capacitação de funcionários públicos para atuação no Mercosul, entre outros.

O governo brasileiro tem feito a sua parte. Em 2009 foi criada a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). A nova universidade, com sede em Foz do Iguaçu (PR), tem o propósito de integrar os países da América Latina por meio do intercâmbio cultural, científico e educacional. Metade dos alunos e professores da Unila é formada por brasileiros e a outra metade por representantes dos demais países latino-americanos.

O Setor Educacional do Mercosul é constituído pela Reunião de Ministros de Educação (RME), pelo Comitê Coordenador Regional (CCR), por Comissões Regionais Coordenadoras (CRC) e pelo Sistema de Informação e Comunicação (SIC).

Plano 2006-2010

O Plano do Setor Educacional do Mercosul 2006-2010 estabelece ações e metas para o desenvolvimento da educação nos países do Bloco e está articulado em torno de cinco eixos de atuação:

1. Contribuir para a integração regional por meio de acordos e de execução de políticas educacionais que promovam a

cidadania regional e uma cultura de paz e respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente;

2. Promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo;
3. Promover a cooperação solidária e o intercâmbio para a melhoria dos sistemas educacionais;
4. Implantar e fortalecer programas de mobilidade de estudantes, docentes, investigadores, gestores, diretores e profissionais da educação;
5. Negociar políticas que articulem a educação e o processo de integração.

Ensino do espanhol

A partir de 2010, a oferta do ensino de língua espanhola torna-se obrigatória para as escolas brasileiras. O Brasil conta atualmente com cerca de seis mil professores de língua espanhola, e estima-se que nos próxi-

A educação pública de qualidade constitui uma ferramenta fundamental para o fortalecimento do Mercosul.

mos anos se alcance um patamar em torno de 20 mil professores. Os países do Mercosul criaram um grupo de trabalho para discutir a formação docente de professores de português e de espanhol, com o intuito de elaborar políticas conjuntas de cooperação para o incremento das atividades na área.

Escolas bilíngues de fronteira

O projeto “Escolas Bilíngues de Fronteira”, criado em 2004, por meio de acordo bilateral com a Argentina, foi incorporado à agenda educacional do Mercosul e se expandiu para outros Estados Partes. Atualmente o projeto conta com 13 escolas brasileiras nos municípios de Uruguaiana, Chuí, Itaqui, Jaguarão e São Borja, no Rio Grande do Sul; Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina; Foz do Iguaçu, no Paraná; Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul; e Pacaraima, em Roraima.

Caminhos do Mercosul

Realizado anualmente desde 2003, o concurso de redação “Caminhos do Mercosul” tem a finalidade de promover, junto aos alunos das escolas de ensino médio, uma consciência favorável à integração. Cada país seleciona seis ganhadores que, acompanhados de um professor, formam uma delegação de 42 estudantes e professores que realiza viagem cultural ao país-sede do concurso. A iniciativa já está na sétima edição: Argentina (2003 – tema: Gaúchos), Chile (2004 – tema: Pablo Neruda), Brasil (2005 – tema: Brasília), Paraguai (2006 – tema: Augusto Roa Bastos), Uruguai (2007 – tema: Rio da

Prata: um mundo a descobrir) e Bolívia (2008 – tema: Lagos, Salares e Culturas na Rota do Sol - Qapac Ñan). A sétima edição foi realizada pelo Brasil em 2009, com o tema “As Cidades Históricas de Minas Gerais” .

Distribuição de livros didáticos

O Ministério da Educação do Brasil (MEC) desenvolve o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tem como objetivo a aquisição e a distribuição gratuita de livros didáticos de qualidade a alunos das escolas públicas do ensino médio e fundamental. Para auxiliar os professores no processo de implantação da Lei nº 11.161, de 2005, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola nas escolas de ensino médio, o PNLD 2011 distribuirá coleções de livros em espanhol. Dessa forma, alunos e professores das escolas brasileiras de educação básica terão acesso ao idioma, ampliando seu universo de referências culturais.

Parlamento juvenil

Previsto para ser instalado ainda em 2010, o Parlamento Juvenil do Mercosul é uma iniciativa do Setor Educacional do Mercosul voltada para alunos do ensino médio (15 a 17 anos). O projeto visa promover o intercâmbio cultural e a formação de uma identidade comum entre os jovens da região, baseada em valores como respeito à democracia, ao meio ambiente e à paz. Esses e outros temas cruciais para a integração serão tratados em sala de aula. Os estudantes te-

*A partir de 2010
o ensino de língua
espanhola torna-se
obrigatório nas
escolas brasileiras.*

rão também a oportunidade de aprender sobre o funcionamento dos mecanismos institucionais do Bloco.

Ensino médio e fundamental

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva promulgou, em 12 de janeiro de 2009, o Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico entre os Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile. O Protocolo tem por objetivo incrementar e facilitar a mobilidade de estudantes da 1ª a 9ª série do ensino fundamental e da 1ª a 3ª série do ensino médio, que poderão frequentar a escola em outros países do Bloco, no caso de transferência provisória ou permanente.

Ensino superior

No Plano Estratégico 2001-2005 do Setor Educacional do Mercosul, foram definidos o credenciamento, a mobilidade e a cooperação interinstitucional como linhas de ação prioritárias para a área da educação superior. Sobre este marco foi desenvolvido o Mecanismo Experimental de Credenciamento

de Cursos de Graduação no Mercosul (Mexa), responsável pela implementação de critérios e parâmetros de qualidade previamente acordados para os cursos universitários dos países do Bloco.

Até 2006, o Mexa credenciou 18 cursos de agronomia, 35 de engenharia e 15 de medicina do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, além de Bolívia e Chile. Os resultados altamente satisfatórios fizeram com que a Reunião de Ministros de Educação aprovasse a criação do Sistema de Acreditação de Cursos Universitários do Mercosul (Arcu-Sul), um mecanismo permanente de credenciamento de cursos de graduação do Bloco. Atualmente está em discussão a formação de um sistema de credenciamento também para a pós-graduação.

Mobilidade acadêmica

O Programa Marca (Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados) objetiva promover o intercâmbio entre alunos, docentes, pesquisadores e gestores de instituições de educação superior nos cursos credenciados pelo Mexa e pelo Sistema Arcu-Sul. O Programa, iniciado em 2006 com os cursos de agronomia já credenciados, consiste na realização de intercâmbio entre alunos de universidades do Bloco com a duração de um semestre acadêmico. A partir de 2008 foram incluídos os cursos de engenharia e medicina. As informações sobre o programa estão disponíveis no sítio <www.programamarca.siu.edu.ar>.

O Programa de Mobilidade Docente de Curta Duração, que já teve duas edições, em 2006-2007 e 2008-2009, promove a cooperação interinstitucional e a troca de experiências em metodologias de ensino, pesquisa acadêmica e ações interdisciplinares nas universidades públicas da região.

Parcerias com a União Europeia

No marco do convênio de financiamento assinado entre Mercosul e União Europeia, o Setor Educacional do Mercosul desenvolve, desde 2009, o Programa de Mobilidade Mercosul. Esta iniciativa desenvolve ações de capacitação dos gestores públicos para trabalhar na cooperação entre as comunidades acadêmicas dos Estados Partes.

Encerrou-se, em abril de 2009, em Montevideu, Uruguai, a segunda edição do Programa Itália-Mercosul de Alta Formação, que viabilizou a realização de cursos para 60 funcionários dos Estados Partes e da Venezuela nas áreas de ciência, tecnologia e inovação; integração produtiva; políticas de inclusão social; e formação de técnicos.

O curso consistiu na capacitação de funcionários para a elaboração de projetos segundo o modelo de marco lógico adotado pela União Europeia. Realizado em parceria com a Universidade Sapienza, da Itália, o programa faz parte das atividades do Instituto Mercosul de Formação (Imef).

Sistemas de informação e monitoramento

O Sistema de Informação e Comunicação do Mercosul (SIC), coordenado pelo Brasil, mantém o portal institucional <www.mercosur.int/edu/>, contendo informações atualizadas sobre as iniciativas educacionais e documentos oficiais, atas, relatórios, estudos, artigos, notícias, etc.

O Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação, desenvolvido pelo Ministério da Educação do Brasil, foi oferecido, sem ônus aos outros países, para ser adaptado ao Sistema de Monitoramento do Setor Educacional do Mercosul (SEM). O portal também está disponível em inglês, o que possibilita uma maior divulgação dos trabalhos do Mercosul na área da educação.

Pesquisa científica e tecnológica

O Conselho do Mercado Comum (CMC) adotou, em dezembro de 2008, na reunião da Costa do Sauípe (BA), o Regime Comum de Importação de Bens Destinados à Pesquisa Científica e Tecnológica. A iniciativa isenta do pagamento da Tarifa Externa Comum as importações de bens efetuadas por fundações e centros de pesquisa, bem como por cientistas e pesquisadores, destinadas à realização de atividades científicas reconhecidas pelas autoridades competentes de cada país, nas condições e limites estabelecidos nas legislações nacionais.

Unila

Em janeiro de 2010 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Projeto de Lei que cria a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), que se caracteriza por uma proposta acadêmica inovadora, com aulas bilíngues (português e espanhol), e pela oferta diferenciada de cursos de graduação e pós-graduação. Metade do corpo docente e discente da Universidade será de cidadãos brasileiros, a outra metade de cidadãos provenientes de outros países da região. A meta da instituição é alcançar 10 mil alunos em cinco anos.

Na primeira etapa de implantação da Universidade serão oferecidos os seguintes cursos de graduação: Sociedade, Estado e Política na América Latina; Relações Internacionais e Integração Regional; História e Direitos Humanos na América Latina; Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar; Economia, Integração e Desenvolvimento; Comunicação, Poder e Mídias Digitais; Ecologia e Biodiversidade; Tecnologia e Engenharia das Energias Renováveis; Engenharia Civil – ênfase em infraestruturas; Gestão Integrada de Recursos Hídricos; Direito Internacional Comparado; Saúde Coletiva; Geografia, Território e Paisagem na Produção do Espaço; e Educação, Tecnologia e Integração. Também estarão disponíveis quatro licenciaturas: Ciências da Natureza; Interculturalidade e Integração; Esporte, Meio Ambiente e Políticas Sociais; e Políticas Linguísticas Latino-Americanas.

Em julho de 2009, foi aprovado projeto do Focem que destinará recursos para a criação da Biblioteca da Unila e do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (Imea), também no âmbito da Universidade.

A sede da Unila está localizada em Foz do Iguaçu (PR) de modo a atender o público da tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. O *campus* – projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer – funcionará dentro do Parque Tecnológico de Itaipu.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL, SALVADOR (BA), 16 DE DEZEMBRO DE 2008

“Reafirmamos o direito à educação como um direito humano universal, um bem público e um dever dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

Nesse sentido, consideramos:

- Ser fundamental a garantia do financiamento público educacional adequado para a plena realização do direito à educação, em termos de promoção da equidade, da inserção produtiva e do desenvolvimento regional. A crise financeira internacional não pode significar a limitação do investimento em políticas educacionais;
- A educação como um fator essencial para o pleno e sustentável desenvolvimento da região do Mercosul. Nessa perspectiva, as políticas educacionais e educativas exigem a reflexão compartilhada entre as sociedades e os Estados do Bloco. Acreditamos ser fundamental a garantia da participação da sociedade civil no Setor Educacional do Mercosul;
- Que a oferta da educação no Mercosul e América Latina deve estar fundamentada nos direitos humanos, superando todas as formas de discriminação;
- Ser fundamental a adoção de políticas que estimulem e regulamentem a mobilidade acadêmica e profissional no espaço territorial do Mercosul;
- Ser imprescindível a ampliação da discussão sobre a proposta de criação da Unila (Universidade para a Integração Latino-americana) para as bases do movimento social em todos os países do Bloco.”

RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL DO MERCOSUL

Avanços nas políticas regionais fortalecem integração cultural

Entre as questões fundamentais da atuação do setor cultural no âmbito do Mercosul, destacam-se o apoio à produção e circulação de bens culturais, a proteção e a promoção da diversidade cultural, a formulação e o acompanhamento de ações de planejamento das políticas culturais e o desenvolvimento sustentável da economia da cultura.

A Reunião de Ministros da Cultura é o principal espaço de formulação de políticas para o fortalecimento da integração cultural do Mercosul. O potencial de aproximação pela via da cultura é inesgotável e os Estados Partes trabalham para aperfeiçoar os mecanismos regionais de coordenação das políticas culturais.

Identidade e diversidade cultural

Em novembro de 2008, o Ministério da Cultura do Brasil (MinC) promoveu, em parceria com o *Centro de la Diversidad Cultural* da Venezuela, o II Encontro Sul-Americano das Culturas Populares “Revelando Experiências, Políticas e Manifestações”, realizado na cidade de Caracas. O evento reuniu grupos

e redes de cultura popular, artesãos, pesquisadores e gestores de cultura da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Venezuela e dos países convidados – Cuba, Honduras e Nicarágua. A iniciativa teve o propósito de divulgar o trabalho de artistas ligados à cultura popular nesses países.

Ainda no âmbito das políticas de promoção da identidade e diversidade cultural foi realizado o *Aty Guasu Ñande Reko Resakã Yvy Rupa* (Encontro dos Povos Guarani da América do Sul) entre os dias 2 e 5 de fevereiro de 2010, na aldeia indígena *Tekoha Añetete*, localizada no município de Diamante D’Oeste (PR). O encontro reuniu cerca de 800 indígenas Guarani da Bolívia (*Chiriguano*), do Brasil (*Kaiowa*, *Ñandéva* e *Mbya*), do Paraguai (*Ache-Guayaki*, *Kaiowa*, *Mbya* e *Ava-Guarani*) e da Argentina (*Mbya*).

A iniciativa, coordenada pelo Ministério da Cultura do Brasil, teve como objetivo difundir a cultura dos Povos Guarani e contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de valorização dos povos indígenas no país e na América do Sul. Participaram do encontro lideranças indígenas, representantes de governos e de organizações sociais.

No Brasil, os Guarani constituem o grupo étnico mais numeroso, formado por uma população de aproximadamente 46 mil pessoas, que habitam os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pará.

Cinema e audiovisual

A Reunião Especializada das Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais (Recam) tem desenvolvido um trabalho extremamente bem-sucedido para o fortalecimento da integração deste setor no Mercosul. Como resultado da atuação da Recam, desde 2008 a Cinemateca Brasileira oferece estágios para técnicos em conservação de materiais audiovisuais dos Estados Partes e Associados.

O Programa Mercosul Audiovisual vem desenvolvendo, a partir do segundo semestre de 2009, uma parceria com a União Europeia, com duração de três anos. Dentre as ações previstas destacam-se a montagem de 30 salas para exibição digital (dez na Argentina e no Brasil e cinco no Paraguai e Uruguai), a realização de cursos de audiovisual no Paraguai e a realização de estudos para a harmonização das legislações nacionais. Contempla ainda parcerias com o Observatório Mercosul do Audiovisual (OMA) para a formação de técnicos em restauração e conservação de acervos audiovisuais.

Ainda em relação ao setor de audiovisual, merecem destaque os avanços recentes nas negociações de mecanismos simplificados para a circulação de cópias, a criação do Fórum de Competitividade do Setor Audiovisual do Mercosul, a inclusão da Recam nas reuniões ordinárias do Grupo de Serviços do Mercosul e o desenvolvimento de programas regionais de

O potencial de aproximação pela via da cultura é inesgotável. Para fortalecer a integração cultural do Mercosul, os Estados Partes trabalham para aperfeiçoar as políticas culturais regionais.

fomento à produção audiovisual, como o Programa Animasul.

Patrimônio cultural

O projeto Itinerários Culturais do Mercosul é fruto da parceria entre a Secretaria de Cultura da Presidência da Argentina, o Escritório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para o Mercosul e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-Brasil). A partir de experiências brasileiras e argentinas, o projeto formula propostas de incentivo à criação de circuitos culturais e turísticos com o propósito de fortalecer a integração cultural regional.

Aprovado pela Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul, o projeto tem o aval dos governos do Brasil, da Argentina, do Paraguai, da Bolívia, do Peru, do Equador e do Uruguai. A primeira etapa, já em desenvolvimento, consiste no Itinerário Cultural da Região das Missões Jesuítico-Gua-

ranis. Por meio da recuperação de roteiros turístico-culturais, o projeto visa promover a integração intercultural, fomentar o conhecimento sobre a diversidade cultural da região, gerar informação sobre os processos históricos de ocupação do território e preservar o patrimônio cultural, além de proporcionar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades detentoras do patrimônio cultural na região.

Museus

Diversas iniciativas são desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia federal do Ministério da Cultura, nos âmbitos ibero-americano e sul-americano. Em setembro de 2005, foi assinada a Carta de Buenos Aires, que estabelece os princípios básicos para uma política pública para os museus do Mercosul. Em 2007, foi criado o Programa de Capacitação de Profissionais de Museus para países membros do Bloco, iniciado no Paraguai.

Selo cultural

Na reunião do Conselho do Mercado Comum, na Costa do Sauípe, em dezembro de 2008, foram aprovados o projeto gráfico e as especificações técnicas do Selo Mercosul Cultural. O Selo busca operacionalizar a livre circulação de bens integrantes de projetos culturais aprovados pelos órgãos competentes. A decisão deverá ainda ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes.

Pontos de Cultura

O Parlamento do Mercosul aprovou, em novembro de 2009, um projeto que estende aos países do Bloco a experiência dos Pontos de Cultura, implementados no Brasil pelo Ministério da Cultura.

O Ponto de Cultura é a ação prioritária do MinC e tem o propósito de articular e impulsionar ações culturais já desenvolvidas pela sociedade civil em suas comunidades. Atualmente, existem mais de 650 Pontos de Cultura espalhados pelo país, selecionados por meio de edital público.

A proposta do Parlasul prevê a criação de redes regionais de Pontos de Cultura do Mercosul com o objetivo de ampliar o acesso a bens culturais, ofertar equipamentos para a produção cultural e gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para os trabalhadores individuais, as micro, pequenas e médias empresas e os empreendimentos da economia solidária ligados à economia da cultura na região.

O projeto “A Turma da Mônica no Mercosul” levará às crianças brasileiras informações sobre a sociedade, a cultura, a língua, os hábitos e costumes dos países vizinhos.

Turma da Mônica no Mercosul

O projeto “Amizade Sem Fronteiras – A Turma da Mônica no Mercosul” tem o objetivo de levar às crianças brasileiras informações sobre a sociedade, a cultura, a língua, os hábitos e costumes dos países vizinhos. Por meio da utilização de ferramentas como portal eletrônico, história em quadrinhos e álbum de figurinhas, a ideia é unir aprendizado e diversão. As crianças encontrarão no portal atividades lúdicas como jogo dos sete erros, quebra-cabeça e labirinto, ao lado de

informações sobre a história e a geografia dos países do Mercosul, que poderão ser utilizadas para pesquisas escolares. Sempre em linguagem apropriada, as crianças serão informadas sobre a realidade do Bloco e sobre a importância da integração.

Resultado de parceria entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Ministério da Cultura e o Instituto Maurício de Sousa, o projeto será lançado no segundo semestre de 2010, durante a presidência *pro tempore* brasileira.

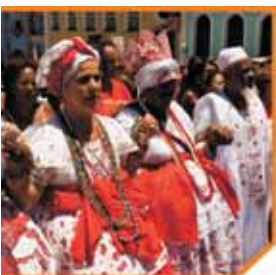
CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

ASSUNÇÃO, PARAGUAI, 23 DE JULHO DE 2009

“O Mercosul Cultural constitui uma instância fundamental para a integração regional, de modo a superar o enfoque economicista dominante nas negociações.”

“No debate da integração regional, o tema cultura é uma oportunidade para a mudança. É necessário levar em conta que a institucionalidade da área da cultura é muito nova no Mercosul. Necessitamos discutir como os países consideram a participação cidadã e a expressão das distintas culturas na região.”

“As políticas públicas para a cultura na região, como as voltadas para o setor audiovisual e para os circuitos de arte, adquirem sentido na medida em que a sociedade civil é incorporada. É ela que pode dar sustentabilidade a essas políticas.”



MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA FAMILIAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO



3

O Mercosul e o Meio Ambiente

Agricultura Familiar e Segurança Alimentar

Cooperativismo e Economia Solidária

O MERCOSUL E O MEIO AMBIENTE

Organizações ambientalistas formulam propostas para a Agenda 21 regional

A 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Clima (COP 15), realizada em dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca, chamou a atenção mundial para a gravidade dos problemas econômicos e sociais decorrentes do aquecimento global. Mas, se é verdade que esse é um fenômeno que afeta a todos os países do mundo, também é certo que são maiores as responsabilidades dos países desenvolvidos para enfrentá-lo. O governo brasileiro teve um papel de destaque na Conferência, ao propor metas voluntárias e ambiciosas de redução das emissões dos gases do efeito estufa até 2020.

Em face dos desacordos que impediram que a COP 15 alcançasse os avanços esperados, aumenta a responsabilidade do Mercosul em promover a agenda do desenvolvimento sustentável da região. A Reunião de Ministros de Meio Ambiente e o Subgrupo de Trabalho nº 6 têm agido nesse sentido.

Os diferentes biomas, as florestas e os recursos hídricos da região representam uma riqueza extraordinária a ser preservada da ex-

ploração predatória. Impedir o uso inadequado do Aquífero Guarani, defender a biodiversidade dos ecossistemas florestais – especialmente da Floresta Amazônica – e buscar alternativas sustentáveis de manejo dos recursos naturais são exemplos dos desafios maiores que o Mercosul tem pela frente.

Agenda 21 no Mercosul

A Agenda 21 é um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada pela Organização das Nações Unidas no Rio de Janeiro (RJ), em 1992. A Rio 92, como ficou conhecida, contou com a participação de 179 países e milhares de organizações da sociedade civil. Foi a mais abrangente tentativa já realizada para promover o desenvolvimento sustentável em escala planetária.

Desde 2003, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil desenvolve a Agenda 21, instrumento de planejamento participativo que tem como eixo a sustentabilidade, a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. O documento é resultado de vasta consulta à população brasileira e trata-se de uma rica experiência de democracia participativa. Iniciativas semelhantes também ocorrem nos demais países do Mercosul.

A Agenda 21 do Mercosul resulta de experiências comuns desenvolvidas pelas Agendas 21 da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. Em 2007, o Ministério do Meio

Ambiente do Brasil, em parceria com a Rede Mercocidades, publicou uma revista contendo o balanço dessas iniciativas em cidades como Montevideu (Uruguai), Morón e Rosário (Argentina), Assunção (Paraguai), Rondon do Pará, Paty de Alferes, Vale do Ribeira, Regional do Conlagos e São Paulo (Brasil).

A Unidade Temática de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Rede Mercocidades tem sido especialmente ativa. Nos últimos dois anos, vários eventos permitiram o intercâmbio de experiências entre autoridades locais, representantes de governos nacionais e sociedade civil, como as conferências *Sustentabilidad Ambiental – Gobierno y Sociedad*, realizada na Argentina, na cidade de Río Cuarto, e *Construyendo Sociedades Sustentables*, ocorrida no Uruguai, na cidade de Atlántida.

Conferência sobre mudanças climáticas

O Subgrupo de Trabalho nº 6 acolheu a proposta da Cúpula Social do Mercosul, realizada em dezembro de 2006, em Brasília (DF), de preparar uma Conferência sobre Mudanças Climáticas e Recursos Naturais do Mercosul. Com este objetivo, foi constituído um grupo *ad-hoc* para preparar a conferência, que poderá ocorrer ainda em 2010, com o propósito de discutir e sugerir mecanismos regionais de cooperação para o estabelecimento de políticas públicas de preservação dos recursos naturais comuns. A iniciativa conta com a participação dos movimentos sociais da região.

Produção e consumo sustentáveis

A Política de Produção e Consumo Sustentáveis do Mercosul foi aprovada pela Reunião de Ministros de Meio Ambiente em 2005. O Brasil promoveu significativo esforço de coordenação interna para consolidar essa ação, que contou com a contribuição dos demais ministérios envolvidos com o tema, e teve a participação da iniciativa privada e de segmentos da sociedade civil organizada.

Na IX Reunião de Ministros de Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 2008, o tema voltou a ser debatido, levando à elaboração do Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis do Mercosul, desenhado a partir das experiências de cada um dos Estados Partes. Dentre as recomendações do Plano, focado na construção social e participativa de políticas

A gravidade dos problemas econômicos e sociais decorrentes do aquecimento global aumenta a responsabilidade do Mercosul em promover a agenda do desenvolvimento sustentável da região.

entre os países do Mercosul, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Quantificar os custos e benefícios associados aos planos de ação nacionais e sub-regionais em Políticas de Produção e Consumo Sustentáveis para conhecer os impactos sobre os empregos, a redução da pobreza e outros aspectos sociais, em cada país e na região;
- Atribuir uma prioridade específica aos setores de produção e consumo com maiores impactos ambientais e sociais, incluindo o conceito de responsabilidade estendida ao produtor (responsabilidade compartilhada);
- Envolver todos os atores e partes interessadas na busca pela mudança dos padrões de produção e consumo. Garantir

que os mecanismos de participação e ação incluam governos, setor privado, associações de consumidores, distribuidores, academia, organizações indígenas e de jovens, entre outros;

- Incluir critérios ambientais e sociais no processo de compras públicas sustentáveis, agregando o enfoque de ciclo de vida.

O Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental do Ministério do Meio Ambiente do Brasil acompanha as discussões sobre ações regionais, como a Agenda 21 e o Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentável do Mercosul. Seus responsáveis têm participado regularmente das Cúpulas Sociais do Mercosul, fortalecendo a dinâmica participativa também na área ambiental.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

TUCUMÁN, ARGENTINA, 29 DE JUNHO DE 2008

“Os recursos naturais pertencem aos nossos povos e o acesso a eles constitui um direito inalienável.”

“O território latino-americano é uma das zonas mais ricas do mundo em recursos naturais e biodiversidade. Constituímos somente 6% da população mundial e possuímos 25% da água potável do planeta. Temos terras agricultáveis em abundância e, além das reservas de petróleo e gás, contamos com a possibilidade de desenvolvimento de energias alternativas.”

“Para alcançar o desenvolvimento sustentável do Mercosul é imprescindível uma ativa participação das organizações e movimentos sociais e populares em cada um de nossos países.”

AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR

Participação social fortalece modelo de desenvolvimento rural sustentável

A Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf) foi instituída em 2004, a partir de proposta do governo brasileiro. Além do acesso à terra e da reforma agrária, a Reaf trata de questões relativas à facilitação do comércio, financiamento e seguro agrícola, igualdade de gênero e juventude. Levando em conta a perspectiva do agricultor familiar, a Reaf elabora propostas de políticas públicas para o setor, sempre com a participação de representantes de organizações da sociedade civil.

Em dezembro de 2009, em Montevideu, Uruguai, foi realizada a XVII Reunião Especializada da Agricultura Familiar. Temas importantes foram tratados naquela oportunidade, como o desenvolvimento de tecnologias adequadas à agricultura familiar e a caracterização socioeconômica da juventude rural do Mercosul. A XVII Reaf adotou proposta brasileira relativa à facilitação do comércio, incluída no Programa de Atividades para 2010. Adotou ainda os projetos de Recomendação sobre Políticas Fundiárias e de Acesso à Terra e sobre Políticas Diferen-

ciadas de Financiamento para a Agricultura Familiar, os quais foram aprovados pelo Grupo Mercado Comum.

Basta observar as consequências do êxodo rural na região para reconhecer a importância de políticas agrícolas e agrárias para o desenvolvimento socioeconômico do Bloco. Além de socialmente justas, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar constituem uma garantia para a segurança alimentar e nutricional das populações envolvidas.

Reconhecimento da agricultura familiar do Mercosul

O Acordo sobre “Bases para o Reconhecimento e Identificação da Agricultura Familiar no Mercosul” define critérios comuns para o reconhecimento da agricultura familiar nos países do Bloco. São considerados agricultores familiares e, portanto, destinatários de políticas públicas, os produtores que cumprem os seguintes critérios:

- I. “a mão de obra ocupada no estabelecimento corresponderá preponderantemente à família, sendo limitada a utilização de trabalhadores contratados”;
- II. “a família será a responsável direta pela produção e gestão das atividades agropecuárias; e residirá no próprio estabelecimento ou em uma localidade próxima”;

III. “os recursos produtivos utilizados serão compatíveis com a capacidade de trabalho da família, com a atividade desenvolvida e com a tecnologia utilizada, de acordo com a realidade de cada país”.

O Acordo já foi incorporado às legislações nacionais e está sendo implementado por todos os países do Bloco. Segundo os critérios adotados, o setor da agricultura familiar no Mercosul é constituído por cerca de 20 milhões de pessoas. A partir dessa identificação é possível definir e implementar políticas públicas específicas para o segmento.

Registros nacionais

Os Registros Nacionais da Agricultura Familiar estão sendo implementados em todos os países do Mercosul. Até o surgimento da Reaf, apenas o Brasil e o Chile contavam com este tipo de instrumento, o que possibilita que os governos cadastrem as famílias da agricultura familiar. Em 2010, 40% do universo da agricultura familiar do Mercosul já foram registrados e têm se beneficiado das políticas públicas específicas.

Igualdade de gênero

O Acordo sobre “Diretrizes para a Igualdade de Gênero em Políticas Públicas para a Agricultura Familiar” objetiva garantir o direito da mulher à terra. O Acordo, referendado pela Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, define critérios transversais na adoção de políticas públicas relacio-

A Reaf trabalha em conjunto com representantes de organizações da sociedade civil, sempre na perspectiva de fortalecer a agricultura familiar.

nadas à agricultura familiar. Esta ação encontra respaldo no Conselho do Mercado Comum, que recomenda a adoção, pelos Estados Partes, de ações afirmativas para as mulheres nos programas oficiais de reforma agrária.

Seguro rural

O Acordo sobre “Diretrizes para Políticas de Gestão de Riscos e Seguro Rural para a Agricultura Familiar” estabelece critérios para o reconhecimento dos riscos inerentes à atividade agrícola que afetam a agricultura familiar, e para as condições de acesso ao seguro agrícola.

Formação de jovens rurais

O Curso de Formação de Jovens Rurais da Reaf, que já beneficiou 40 jovens líderes de organizações da agricultura familiar do Mercosul, tem como finalidade fortalecer o papel dos jovens como agentes de desenvolvimento socioeconômico em suas comunidades. O curso pretende valorizar a identidade e a autoestima da juventude rural,

responsável pela reprodução do modelo da agricultura familiar, além de incentivar o intercâmbio de experiências e a formação de redes regionais de jovens rurais.

Fundo de agricultura familiar

Na reunião do Conselho do Mercado Comum, na Costa do Sauípe (BA), foi criado o Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF). O Fundo tem o propósito de financiar programas e projetos de incentivo aos agricultores familiares, bem como apoiar a participação de representantes da sociedade civil nas reuniões do segmento, inclusive na Reaf. Os Estados Associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Equador) também poderão participar do Fundo, cujo funcionamento depende da aprovação do regulamento pelos parlamentos nacionais.

O Fundo será constituído por contribuições anuais dos Estados Partes, nos seguintes valores: Brasil, US\$ 225 mil; Argentina, US\$ 96 mil; Uruguai, US\$ 21 mil; Paraguai, US\$ 18 mil. A duração inicial do Fundo será de cinco anos, contados a partir da assinatura de

Além de socialmente justas, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar constituem uma garantia para a segurança alimentar e nutricional das populações dos países do Mercosul.

seus contratos de administração. Cumprido esse prazo, os Estados Partes avaliarão as alternativas para sua continuidade.

Em 2010, a incorporação do Fundo de Agricultura Familiar nas legislações nacionais constitui um dos principais desafios da Reaf. Outros temas da agenda da agricultura familiar são o reconhecimento dos registros nacionais, a implementação do selo de identificação dos produtos da agricultura familiar, a promoção das políticas de igualdade de gênero e do direito à terra e, finalmente, o fortalecimento da cooperação regional.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

SALVADOR (BA), 16 DE DEZEMBRO DE 2008

“A crise atual, em suas múltiplas dimensões (econômica, financeira, ambiental e alimentar), recoloca a questão da fome e da desigualdade social no centro da agenda internacional. Nesse sentido é urgente investir em políticas públicas que garantam a soberania e segurança alimentar e o direito à alimentação no Mercosul.”

“Demandamos a constituição de um espaço de diálogo de alto nível que elabore a estratégia de soberania e segurança alimentar do Mercosul, composto pelos governos e pela sociedade civil, e que incorpore as contribuições da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (Reaf), tendo como principais elementos: o fomento da produção agrícola familiar, camponesa e indígena de alimentos saudáveis; a garantia do abastecimento dos mercados local e regional de alimentos, dentro de uma perspectiva que inclua políticas públicas voltadas para a produção, armazenamento, distribuição e comercialização de alimentos; o direito das populações, principalmente as mais vulneráveis, de acesso a alimentos que possuam boa qualidade nutricional; a construção de mecanismos de monitoramento, avaliação e prestação de contas conjuntas dos processos de implementação das políticas públicas de soberania e segurança alimentar.”

COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

As cooperativas como agentes articuladores da integração

As cooperativas do Mercosul possuem uma longa história de desenvolvimento autônomo e diversidade na gestão de empreendimentos nas mais variadas áreas da economia. Por sua flexibilidade organizacional, sua vinculação efetiva ao território e potencial de geração de emprego e renda, as cooperativas são atores fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável na região.

Hoje, as cooperativas encontram-se em uma etapa de reconversão, revisão de modelos e criação de novos espaços de atuação, e o fator integração aparece como uma diretriz em todas as dimensões do setor.

O setor cooperativista tem uma importante presença regional, contemplando mais de 20 mil organizações e aproximadamente 19 milhões de membros, com uma elevada participação nas áreas agroalimentar, bancária, de serviços de utilidade pública, seguros, habitação, distribuição de alimentos e saúde.

O movimento cooperativo é um agente articulador da sociedade civil nas suas vertentes social, econômica e institucional, que vem sendo gradualmente transformado em motor do desenvolvimento local para além das fronteiras nacionais.

Estrutura institucional

A Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM) é um organismo institucional do Bloco, criado por meio de Resolução do Grupo Mercado Comum (GMC) em 2001, por recomendação do Foro Consultivo Econômico e Social. A RECM tem por objetivos centrais trabalhar as assimetrias normativas e promover o desenvolvimento do cooperativismo regional.

A RECM funciona de forma mista, com participação dos governos e do setor privado. Desde o seu início possui uma Secretaria Técnica, sediada em Montevideu, Uruguai, que garante a continuidade e o seguimento dos acordos. A Secretaria mantém um portal <www.mercosur.coop> e elabora um boletim eletrônico trimestral.

O órgão político da RECM é a sessão plenária. Até dezembro de 2009 foram realizadas 20 reuniões ordinárias e 10 reuniões extraordinárias. O financiamento básico para o funcionamento da RECM é proveniente dos órgãos de governo responsáveis pelas políticas para o setor no interior dos Estados Partes.

Parcerias

O número de membros da RECM foi se ampliando no decorrer dos anos. Somaram-se os organismos governamentais do Chile e da Venezuela e, no caso do Brasil, foram incluídas a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar (Unicafes) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (Unisol Brasil). O Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop), da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) tem sido, ao longo do tempo, o órgão referente nacional. A RECM conta também com a participação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A RECM possui acordos de cooperação com a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM), com o Parlamento do Mercosul e com o Centro de Formação para Integração Regional (Cefir), além de interagir com a Reunião Especializada de Agricultura Familiar (Reaf) e com a Rede Mercocidades.

Fora do âmbito do Mercosul, a RECM mantém acordos e diálogo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI-Américas), a Organização Internacional das Cooperativas de Produção Industrial, Artesanal e de Serviços (Cicopa), a Federação de Cooperativas de Trentino-Itália

O setor cooperativista tem uma importante presença regional, contemplando mais de 20 mil organizações e aproximadamente 19 milhões de membros.

(FCT) e a Confederação Empresarial Espanhola de Economia Social (Cepes).

Marco legal

A RECM trabalha continuamente na elaboração de estudos, pesquisas e documentos de interesse sobre o regulamento legal e políticas públicas voltadas ao cooperativismo. A terceira atualização comentada do regime legal das cooperativas no Mercosul, por exemplo, está à disposição na página eletrônica da RECM.

Cooperativas fronteiriças

A partir de 2004, a RECM iniciou uma fase de maior intervenção no território, com ênfase em assuntos fronteiriços, inclusão social e trabalho. Foram realizados três encontros sobre o tema das fronteiras – em Concórdia/Salto (Argentina), Porto Alegre (Brasil) e em Encarnación/Posadas (Paraguai/Argentina) – acompanhados por um trabalho técnico de identificação de dificuldades e oportunidades. Os resultados foram apresentados ao Grupo Mercado Comum (GMC)

em um documento que sugere mudanças de enfoque para os temas de fronteira, transformando-a em área de oportunidade para o desenvolvimento produtivo, por meio da superação do tratamento das cooperativas sob a ótica aduaneira.

A RECM trabalhou junto à Reunião de Ministros de Desenvolvimento Social no Projeto de Desenvolvimento de Centros de Comercialização Cooperativa, aprovado pelo Focem, que será implementado em sete pontos de fronteira.

Resultados alcançados

Entre os resultados alcançados estão os trabalhos de levantamento, de sistematização e de diagnóstico do cooperativismo na região. Merecem destaque a publicação de estudos relacionados ao regime legal das cooperativas do Mercosul, o levantamento feito pelo comitê jurídico sobre o impacto das cargas tributárias nas cooperativas da região e a elaboração do estudo intitulado “Políti-

O cooperativismo é um agente articulador da sociedade civil e vem se transformando em um dos motores do desenvolvimento do Mercosul.

cas Públicas Aplicadas ao Cooperativismo no Mercosul”.

Outro resultado importante consiste na organização de uma série de eventos presenciais que contribuem para ampliar a difusão da cultura cooperativista e para dar maior visibilidade ao setor, como o Seminário Internacional de Políticas Públicas de Apoio ao Cooperativismo e o evento realizado em conjunto com a Comissão Parlamentar do Mercosul (CPC), que teve a participação de parlamentares da União Europeia.

A mais recente conquista do setor foi a aprovação, pelo Parlasul, do Estatuto das Cooperativas do Mercosul (ECM). Atualmente o Estatuto encontra-se em tramitação nos parlamentos nacionais dos Estados Partes.

Próximos passos

Em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), a Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul apresentou, em 2009, um ambicioso projeto à Comissão de Cooperação Técnica do Grupo Mercado Comum, com as seguintes prioridades:

- Internalização do Estatuto de Cooperativas do Mercosul;
- Internalização da Recomendação 193 da OIT sobre a promoção de cooperativas, em acordo com o Parlasul e Ministérios do Trabalho;

- Implementação do Espaço Mercosul de Formação em Economia Social e Solidária com Ênfase em Cooperativas (Emfess), em aliança com o Centro de Formação para Integração Regional (Cefir);
- Criação de um Observatório para o Cooperativismo do Mercosul;
- Implantação do Programa de Inovação e Complementação Produtiva e Comercial, que contará com um Escritório Permanente de Negócios localizado em Bra-

sília (DF), nas dependências do Ministério da Agricultura. A principal função do Escritório é elaborar estudos e análises técnicas que sirvam como base para a concretização de negócios entre cooperativas do Mercosul, e destas com outros agentes econômicos e países. O Escritório contará com representantes locais nos outros três países do Bloco, para garantir uma coordenação mais efetiva das ações.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

ASSUNÇÃO, PARAGUAI, 23 DE JULHO DE 2009

“É preciso avançar nos seguintes pontos: elaboração de estratégias e políticas de tecnologias de informação e comunicação; garantia da internalização do Estatuto das Cooperativas; minimização das assimetrias legais; melhoria da gestão e das estratégias de competitividade; elaboração de políticas educativas e planos definindo conteúdos para cooperativistas.”

“Quanto às políticas de Estado, é necessário fortalecer as políticas voltadas para o setor cooperativo e melhorar a sua incidência, tanto nacionalmente quanto com os outros sócios do Mercosul.”



INTEGRAÇÃO PRODUTIVA, TRATAMENTO DE ASSIMETRIAS E COMÉRCIO REGIONAL



4

Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul

Integração Produtiva

O Mercosul Econômico-Comercial

FUNDO DE CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO MERCOSUL

Um fundo solidário a serviço da integração regional

Os primeiros anos do Mercosul foram marcados pelo grande impulso comercial decorrente da liberalização dos mercados dos quatro Estados Partes. Com o aumento do intercâmbio comercial, ficou claro que o aprofundamento do processo de integração também dependeria de ações positivas, voltadas à superação de assimetrias entre os sócios e a iniciativas de integração de cadeias produtivas.

De maneira gradativa, o tratamento das assimetrias entre os países converteu-se, nos últimos anos, em um dos temas centrais da agenda do Mercosul. A ênfase dada a essa discussão atende a uma antiga demanda dos setores produtivos dos países de economias menores.

As desigualdades regionais são um fenômeno de natureza histórica e estrutural, anterior à integração dos mercados, que deve ser tratado por meio de políticas públicas. Do contrário, pode dificultar o aprofundamento da integração. As melhores respostas às assimetrias residem na promoção da integração produtiva e na geração de empregos e de renda.

A criação do Focem

Desde 2003, a questão das assimetrias no interior do Mercosul passou a ser tratada de maneira mais consistente. Naquele ano, os quatro sócios do Bloco aprovaram a Decisão sobre Fundos Estruturais do Conselho do Mercado Comum, que determinou a realização de estudos para o estabelecimento de mecanismos dessa natureza no Mercosul. Assim teve início o processo que culminaria na criação do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem).

O Focem foi criado em 2004 e regulamentado em 2005 por decisões aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum. O Fundo tem como objetivo promover o aumento da competitividade das economias menores e das regiões de menor desenvolvimento, estimular a coesão social e fortalecer a integração física por intermédio de obras de infraestrutura. É constituído por contribuições anuais não reembolsáveis dos quatro Estados Partes, no total de US\$ 100 milhões.

O Brasil é o maior contribuinte do Fundo, aportando 70% de seus recursos. A Argentina contribui com 27%, o Uruguai com 2% e o Paraguai com 1%. As duas economias menores do Mercosul são as principais beneficiárias dos projetos aprovados pelo Focem. Conforme a Decisão CMC 18/05, o Paraguai é o destinatário de 48% dos recursos e o Uruguai é contemplado com 32% do total. Brasil e Argentina recebem 10% dos recursos cada. Ao receberem recursos do Fundo, os Estados devem arcar, individualmente, com uma parcela de 15% do valor total da execução do projeto, como contrapartida nacional.

Segundo o Artigo 22 da Decisão CMC 18/05, o Focem terá vigência de 10 anos a partir da data da primeira contribuição efetuada por um dos Estados Partes, o que ocorreu em 2007. Ao fim desse período, o montante global de recursos alocados pelo Focem será de quase US\$ 1 bilhão. O Paraguai, principal beneficiário do Fundo, deverá receber mais de US\$ 400 milhões no total.

Em setembro de 2009, as contas do Focem registravam saldo de US\$ 255 milhões. O regulamento do Fundo prevê o pagamento da contribuição anual em cotas semestrais, que vencem em 15 de abril e 15 de outubro. Estar em dia com as contribuições ao Focem e ao Mercosul constitui condição para obter a aprovação e o primeiro desembolso para qualquer projeto.

A estrutura, o regulamento e o funcionamento do Focem têm sido permanentemente

O tratamento das assimetrias entre os países membros converteu-se, nos últimos anos, em um dos temas centrais da agenda do Mercosul.

aperfeiçoados desde 2007. O Conselho do Mercado Comum, por exemplo, aprovou decisão em julho de 2009 que estabelece, no âmbito das licitações de projetos com financiamento do Focem, a aplicação do tratamento nacional e de não-discriminação às ofertas e ofertantes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, de nacionalidade dos Estados Partes. Quando houver participação de empresas estrangeiras, dá-se preferência às do Mercosul.

O portal do Focem, acessível pelo endereço <www.focem.mercosur.int>, contém informações sobre o Fundo, apresentação de projetos, normativa, licitações, convocatórias, registro de auditores, contatos e imagens.

Projetos aprovados pelo Focem

A partir de janeiro de 2007 foram aprovados os primeiros projetos apresentados ao Focem, que já somam cerca de US\$ 200 milhões, permitindo uma melhor resposta às demandas das regiões menos desenvolvidas do Bloco. O Focem também gera precedente positivo no tratamento comunitário para

os problemas da região. Contribui, ainda, para reforçar a estrutura institucional do Mercosul e para consolidar a integração em todas as suas dimensões, aumentando a competitividade das economias menores e das regiões de menor desenvolvimento relativo, e melhorando a infraestrutura física da região.

Até agora são 25 os projetos aprovados: 14 do Paraguai, seis do Uruguai, um do Brasil, três da Secretaria do Mercosul e um pluriestatal. Os projetos concentram-se nas áreas de habitação, transportes, incentivos à microempresa, biossegurança e capacitação tecnológica. Seguem resumos de algumas das iniciativas:

Mercosul-Habitat: casas nas periferias

O Projeto “Mercosul-Habitat: Promoção Social, Fortalecimento Humano e Capital Social em Assentamentos em Condições de Pobreza” contribui para a melhoria das condições de vida nos domicílios dos assentamentos urbanos em periferias pobres do Paraguai. O projeto inclui a construção de 1.400 casas e a melhoria de serviços básicos (água, saneamento e energia elétrica).

Apoio às microempresas

O “Programa de Apoio Integral às Microempresas”, implantado no Paraguai, busca melhorar a capacidade de gestão dos pequenos empreendimentos produtivos. O Programa possui três componentes: qualifica-

ção e assistência técnica, desenvolvimento do associativismo administrativo e centro de informação da microempresa. Abrange 10 departamentos da região oriental do Paraguai e pretende beneficiar cerca de três mil microempresas.

Combate à febre aftosa

O “Programa Mercosul Livre de Febre Aftosa” é o primeiro projeto pluriestatal do Focem, contando com a participação dos Estados Partes do Mercosul e da Bolívia. No total, o projeto desembolsou US\$ 2,547 milhões em 2009 para os cinco países.

Geração de renda nas fronteiras uruguayas

O principal objetivo do projeto “Economia Social de Fronteira”, no Uruguai, é apoiar as comunidades em seus esforços de redução da pobreza e inclusão social, a partir da geração de empregos dignos que forneçam rendas estáveis para os 400 domicílios participantes. O projeto também propicia a realização de estudos de mercado com vistas a identificar as potencialidades regionais para o desenvolvimento local.

Inserção social de catadores de material reciclável no Uruguai

O Projeto “Desenvolvimento de Capacidades e Infraestrutura para Classificadores Informais de Resíduos Urbanos”, realizado no Uruguai, pretende contribuir para o aprimoramento dos processos de formalização e

dignificação do trabalho do classificador de resíduos urbanos em departamentos do interior do Uruguai, com ênfase especial para os trabalhadores que residem nas fronteiras do país.

Assentamentos de fronteira no Uruguai

O Projeto “Intervenções Múltiplas em Assentamentos Localizados em Territórios de Fronteira com Situações de Extrema Pobreza”, realizado no Uruguai, colabora para o desenvolvimento social, atuando em questões relativas à redução dos níveis de pobreza, desemprego, informalidade, meio ambiente e gênero. Compreende ações específicas orientadas para a melhoria das condições de vida de populações vulneráveis que residem em assentamentos situados em territórios de fronteira.

Água potável e saneamento no Paraguai

O Projeto “Construção e Melhoramento dos Sistemas de Água Potável e Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais e Indígenas”, no Paraguai, tem como objetivo aumentar a expectativa de vida e erradicar enfermidades epidemiológicas e endêmicas, provocadas pela precariedade das condições de vida da população. Pretende contribuir para a melhoria da saúde, reduzindo a taxa de mortalidade infantil por meio do acesso aos serviços de água e saneamento.

Estrada para a integração

Em 24 de setembro de 2009, foi inaugurada a renovação do trecho rodoviário que liga as cidades de Melo e Arroyo Sarandí de Barceló, no Uruguai. Trata-se do primeiro projeto do Focem concluído naquele país. A extensão da Rota 26 permitirá o escoamento da produção de arroz, madeira e outros produtos florestais da região, promovendo o desenvolvimento do Uruguai e contribuindo para a integração econômica entre os países do Mercosul.

Formação de recursos humanos

O primeiro projeto brasileiro para o Focem tem por finalidade a implantação da Biblioteca e do Instituto Mercosul de Estudos Avançados, ambos no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Concebida como um centro de formação de recursos humanos na área de integração regional, a Universidade está locali-

Até 2017 os recursos alocados pelo Focem serão de quase US\$ 1 bilhão. O Paraguai, principal beneficiário do Fundo, deverá receber mais de US\$ 400 milhões.

zada em Foz do Iguaçu, na região de tríplíce fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. A Biblioteca – cujo acervo poderá ser acessado virtualmente – será um polo de referência bibliográfica sobre temas latino-americanos. O Instituto desenvolverá pes-

quisas interdisciplinares, cuja principal atividade será a oferta de cursos de pós-graduação. O projeto está orçado em US\$ 22 milhões, dos quais US\$ 17 milhões serão aportados pelo Focem e US\$ 5 milhões pelo Brasil, a título de contrapartida nacional.

PROJETOS APROVADOS PARA FINANCIAMENTO PELO FOCEM

1 - Paraguai	Mercosul-Habitat. Construção de 1400 casas populares em regiões de periferia do Paraguai. Parte da mão-de-obra utilizada é dos próprios beneficiários. O projeto contempla, também, a instalação de serviços básicos como água, energia elétrica e postos de saúde.
2 - Paraguai	Mercosul Roga. Outro projeto para a construção de assentamentos, em região pobre do Paraguai. Este projeto inclui também componente social, pois abrange atividades de capacitação pessoal e campanhas de conscientização.
3 - Paraguai	Reabilitação e melhoramento de estradas. Projeto para reformar e melhorar vias de acesso e anéis viários da Grande Assunção, região de grande densidade populacional. Estão sendo também asfaltadas vias de acesso em zonas rurais intermediárias.
4 - Paraguai	Projeto de apoio integral a microempresas. O projeto atua em três frentes: i) capacitação e assistência técnica a futuros empreendedores; ii) estímulo à associação empresarial entre diferentes setores; e iii) criação de um centro de informação microempresarial. Abrange dez departamentos da região oriental do Paraguai e beneficiará cerca de 3 mil microempresas.
5 - Paraguai	Laboratório de Biossegurança e de Controle de Alimentos. Com o objetivo de preservar o recém adquirido status do Paraguai de país livre de febre aftosa com vacinação, o projeto visa criar novos laboratórios e fortalecer os já existentes, com a aquisição de equipamentos e a capacitação dos funcionários locais.
6 - Uruguai	Rota 26. Construção, recuperação e modernização da Rota 26 , que liga trechos de Melo à região de "Arroyo Sarandí de Barceló", no Uruguai.
7 - Uruguai	Integração produtiva nas áreas de software, biotecnologia e eletrônicos. O projeto insere-se no programa de desenvolvimento da competitividade e prevê a elaboração de projetos de integração produtiva nos setores de software, biotecnologia e eletrônica.
8 - Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia (pluriestatal)	Programa Mercosul Livre de Febre Aftosa. Tendo em vista os recorrentes problemas de infecção enfrentados em vários países da América do Sul nos últimos anos, o objetivo deste projeto pluriestatal é erradicar a febre aftosa no âmbito do Mercosul e da Bolívia.
9 - Uruguai	Economia Social de Fronteira. O projeto prevê apoio técnico e econômico para programas a serem desenvolvidos em áreas de fronteira. Em outra frente, estimulará a geração de empregos e a criação de redes econômicas entre as comunidades fronteiriças.
10 - Secretaria do Mercosul (projeto institucional)	Fortalecimento institucional da Secretaria do Mercosul para o Sistema de Informação da Tarifa Externa Comum (TEC). O projeto prevê a elaboração de um estudo com a finalidade de avaliar a melhor maneira de aperfeiçoar o sistema de informação sobre a TEC e o regime de origem do Mercosul.

PROJETOS APROVADOS PARA FINANCIAMENTO PELO FOCEM (CONTINUAÇÃO)

11 - Secretaria do Mercosul (projeto institucional)	Base de dados jurisprudenciais do Mercosul. Criação de uma base de dados que permita a sistematização e a pesquisa de informação jurisprudencial dos tribunais nacionais dos Estados Partes vinculada à normativa comunitária.
12 - Paraguai	Reabilitação de corredores viários. Construção de pontes, recuperação de estradas e estabelecimento de sinalização em corredores viários no Paraguai.
13 - Uruguai	Classificadores informais de resíduos urbanos. Projeto de financiamento para o desenvolvimento de capacidades e infraestrutura com vistas ao melhoramento das condições de trabalho e à dignificação da atividade dos catadores de resíduos sólidos, residentes em localidades do interior do Uruguai.
14 - Uruguai	Intervenções múltiplas em assentamentos de fronteira. Ações específicas voltadas para melhorar as condições de vida de populações em situação de extrema pobreza e emergência sanitária. Redução dos níveis de pobreza, desemprego e informalidade de populações vulneráveis em territórios de fronteira.
15 - Uruguai	Rota 12: trecho de conexão Rota 54 – Rota 55. O projeto consiste na reestruturação de quase 13 km da Rota 12, além da implementação de sinalização ao longo do trecho.
16 - Secretaria do Mercosul (projeto institucional)	Identificação das necessidades de convergência estrutural no Mercosul. Estudo que realizará diagnóstico das necessidades básicas dos Estados Partes no que diz respeito à convergência estrutural das regiões menos desenvolvidas do Bloco.
17 - Paraguai	Sistema de água potável e saneamento básico em comunidades rurais e indígenas. Projeto que visa à implementação e ao melhoramento de sistemas de água potável e saneamento básico em pequenas comunidades rurais e indígenas localizadas em território paraguaio. O objetivo é aumentar a expectativa de vida das populações e erradicar doenças provocadas pela precariedade das condições de vida.
18 - Paraguai	Rota 8. Recapeamento asfáltico do trecho alimentador da Rota, corredor de integração regional. Rota 8 - San Salvador - Borja-Iturbe y Ramal a Rojas Potrero.
19 - Paraguai	Produtos turísticos na rota Iguazu Misiones. O projeto contempla pesquisa para o desenvolvimento de produtos turísticos competitivos na rota integrada Iguazu Misiones, atração turística do Mercosul.
20 - Paraguai	Pavimentação asfáltica da Rota 2. O projeto inclui o melhoramento de trecho que atravessa zonas urbanas densamente povoadas e zonas rurais intermediárias. Será realizada a pavimentação asfáltica sobre empedrado do trecho alimentador da Rota 2, corredor de integração regional, Itacurubi da Cordilheira - Valenzuela - Gen. Bernardino Caballero.
21 - Paraguai	Pavimentação asfáltica das Rotas 6 e 7. Pavimentação sobre o empedrado do trecho alimentador das Rotas 6 e 7, corredores de integração regional, Pte. Franco-Cedrales.
22 - Paraguai	Recapeamento as Rotas 1 e 6. Melhoramento de trecho alimentador das Rotas 1 e 6, corredores de integração regional, Rota 1 (Carmen del Paraná) – La Paz, Rota "Graneros del Sur".
23 - Paraguai	Mercosul Yaporã. Este projeto, de caráter social, consiste na promoção do acesso à água potável e saneamento básico para comunidades em situação de pobreza e extrema pobreza. Inclui, também, seminários e cursos de capacitação que visam aumentar o capital humano dessas comunidades.
24 - Paraguai	Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Avaliação da Conformidade. O projeto atenderá a empresas localizadas em qualquer parte do território paraguaio, em especial pequenas e médias empresas. Serão instalados centros de desenvolvimento tecnológico com a finalidade de realizar transferência de tecnologia e contribuir para o acesso a novos mercados.
25 - Brasil	Biuniña e Imea. Projeto de implantação da Biblioteca e do Instituto Mercosul de Estudos Avançados, ambos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Futuro centro de formação de recursos humanos na área de integração, a Universidade será construída em Foz do Iguaçu, na região de triplíce fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.

INTEGRAÇÃO PRODUTIVA

Combater as assimetrias regionais, gerar empregos e promover a inclusão social

Acelerar a integração e explorar a complementaridade das economias do Bloco é um dos principais objetivos do Mercosul. Um tema de importância central da agenda do Bloco nos últimos anos é a integração produtiva e o desenvolvimento da competitividade. Desde 2006 são desenvolvidas iniciativas de fomento à integração produtiva regional com ênfase nas micro, pequenas e médias empresas e nas cooperativas.

A integração regional oferece aos agentes econômicos um ambiente mais favorável à formação de alianças empresariais e ao desenvolvimento de cadeias produtivas. Ao expandir os mercados e reduzir os custos das transações, o Mercosul amplia ganhos de escala e aumenta a competitividade das empresas.

No Brasil, os esforços para aprofundar a integração produtiva do Mercosul são coordenados pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). A Política Nacional de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em maio de 2008, conta com dois programas exclusivamente destinados

à área internacional: o de integração produtiva da América Latina e Caribe, com foco no Mercosul, e o de integração produtiva com a África.

No Mercosul há várias iniciativas em curso, como a criação do Grupo de Integração Produtiva, a instituição do Fundo de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas, e o financiamento, pelo Focem, de projetos de integração produtiva nos setores automotivo e de petróleo e gás. O estabelecimento de parcerias estratégicas com o setor privado é uma das causas do êxito de iniciativas como essa. A geração de emprego e renda e a coesão social são outros componentes essenciais.

Fundo de Garantias

Foi criado na reunião dos presidentes e dos chefes de Estado, na Costa do Sauípe (BA), em dezembro de 2008, o Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas. O Fundo oferecerá as garantias necessárias para que pequenos empreendedores envolvidos em iniciativas de integração produtiva possam ter acesso ao crédito e financiar suas atividades. O montante inicial do Fundo é de US\$ 100 milhões, integrados conforme as seguintes percentagens: Brasil (70%), Argentina (27%), Uruguai (2%) e Paraguai (1%). Os benefícios são obtidos de forma inversamente proporcional às contribuições realizadas. Sua entrada em vigor aguarda aprovação legislativa pelos Estados Partes.

O Mercosul produtivo e social

Em 2009 o Conselho do Mercado Comum aprovou decisão que facilita a utilização dos recursos do Focem para o financiamento de projetos na área de integração produtiva. Dois projetos, voltados para os setores automotivo e de petróleo e gás – de iniciativa brasileira e que visam beneficiar todos os países do Bloco – já foram apresentados e encontram-se sob exame da Unidade Técnica Nacional Brasileira (UTNF) do Focem, no Ministério do Planejamento.

Em julho de 2009, foi aprovado em Assunção, Paraguai, a criação do Portal Empresarial do Mercosul, que funcionará no âmbito do Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva do Mercosul. O Portal propiciará contatos entre empresários, facilitando as iniciativas de integração produtiva e o intercâmbio de informações entre atores públicos e privados.

Grupo de Integração Produtiva

Em junho de 2008, por decisão do Conselho do Mercado Comum, foi criado o Grupo de Integração Produtiva do Mercosul (GIP), que tem como função coordenar e executar o Programa de Integração Produtiva do Mercosul (PIP). No Brasil, a coordenação do GIP está sob responsabilidade da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

O Programa de Integração Produtiva do Mercosul contempla sete linhas de ação: cooperação empresarial, pesquisa e tecno-

A integração regional oferece aos agentes econômicos um ambiente mais favorável à formação de alianças empresariais e ao desenvolvimento de cadeias produtivas.

logia, recursos humanos, articulação institucional, informação e processamento de dados, facilitação de comércio e busca de financiamento. No âmbito setorial, o Programa está focado no desenvolvimento dos fóruns de competitividade, entre outras iniciativas de integração.

A I Reunião do GIP foi realizada em Brasília, no dia 18 de setembro de 2008, com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Participaram também representantes do Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul. Desde então, vários programas vêm sendo implementados pelo Grupo.

Setor automotivo

O Programa de Intensificação e Complementação Automotiva possui três eixos de atuação: promoção da competitividade de fornecedores de autopeças; promoção de no-

vos negócios; e fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico na cadeia automotiva regional. O Programa contribui para o adensamento e a integração produtiva na cadeia automotiva do Mercosul, que já é um dos principais competidores globais neste setor. Somente no Brasil, o setor automotivo é responsável pela geração de mais de 120 mil postos de trabalho e representa 16% do PIB industrial do país.

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial desenvolveu um curso de Usinagem, Metrologia e Controle de Qualidade para empresários da cadeia automotiva dos quatro países do Bloco. O curso aconteceu em outubro de 2009, em Porto Alegre (RS). Executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul (Senai-RS), o curso teve duração de dez dias e capacitou 20 profissionais do setor de autopeças.

O projeto para a cadeia automotiva submetido pela ABDI ao Focem contempla ações para estimular maior integração do setor nas regiões metropolitanas industriais de Buenos Aires, Córdoba, São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Assunção e Montevideú. Orçado em US\$ 2,828 milhões, o projeto é resultado de discussões no âmbito do Grupo Executivo para a Integração Produtiva da Cadeia Automotiva do Mercosul (Geipa). Seu objetivo é desenvolver a competitividade de pequenas empresas em quatro frentes: programas de treinamento, difusão tecnológica, acesso a oportunidades de negócios e gestão e monitoramento.

Petróleo e gás

O objetivo do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores para o Setor de Petróleo e Gás é articular uma rede de fornecedores regionais, para que estes alcancem padrões internacionais de qualidade, inovação e preço, aumentando a participação de empresas do Bloco nas vendas para as companhias petroleiras com operações na região. Há de se ressaltar que novas oportunidades serão criadas para o setor com as recentes descobertas da Petrobras na camada do pré-sal no Brasil, fato que exigirá expressivo volume de compras e investimentos em equipamentos e serviços nos próximos anos.

À semelhança do que ocorreu com a cadeia automotiva, este setor também foi objeto de projeto submetido pelo GIP ao Focem. O projeto de Qualificação de Fornecedores da Cadeia de Petróleo e Gás tem custo total de US\$ 2,848 milhões. O objetivo é capacitar pequenas e médias empresas para participar, nas etapas de produção e refino, da cadeia produtiva de petróleo e gás, em conformidade com as necessidades de grandes empresas como a Petrobras. O projeto prevê a realização de mapeamento da capacidade efetiva e potencial das empresas e a identificação de deficiências no fornecimento de componentes, maquinário, insumos e equipamentos para as atividades do setor. Com base nessas informações, serão definidas ações destinadas a aumentar a competitividade das empresas, à abertura de mercados e à geração de negócios.

Cadeias produtivas do turismo

Este Programa busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico regional por meio do turismo, com geração de emprego e renda, atingindo diversos setores industriais associados, tais como têxtil (vestuário, cama, mesa, banho), alimentício (lácteos, doces), artesanato, móveis e decoração. Como parte das ações do Programa, foi realizado, em outubro de 2008, em Ouro Preto (MG), o I Seminário da Rota de Integração do Mercosul.

Articulação empresarial para a integração produtiva

O Programa de Articulação Empresarial para a Integração Produtiva pretende promover o desenvolvimento de relações e de negócios conjuntos entre empresas e empresários do Mercosul, a partir de metodologia estruturada de formação de redes empresariais, tendo em vista a integração produtiva dos países do Bloco.

Outras ações de integração produtiva

Para fortalecer os trabalhos voltados à integração produtiva nos países do Bloco, a ABDI assinou, em setembro de 2009, um acordo de cooperação com o Ministério das Relações Exteriores. Os objetivos do acordo são: desenvolver iniciativas de integração produtiva, cooperação e desenvolvimento industrial do Brasil com países da América Latina e África; desenvolver iniciativas bila-

As iniciativas de fomento à integração produtiva desenvolvidas pelo Mercosul enfatizam o papel das micro, pequenas e médias empresas e das cooperativas.

terais e multilaterais de integração produtiva, cooperação e desenvolvimento industrial com os demais Estados Partes do Mercosul e seus Estados Associados; atuar de forma conjunta para a promoção de atividades voltadas à prospecção, elaboração, fomento e apoio à implementação de projetos de cooperação internacional em inovação; e promover oportunidades para a internacionalização de empresas brasileiras.

Madeira e móveis

O Fórum de Competitividade da Cadeia de Madeira e Móveis (FCMM) foi criado no âmbito do Programa dos Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas do Mercosul, instituído pelo Conselho do Mercado Comum (CMC). Ele é parte das ações do Subgrupo de Trabalho nº 7 – Indústria, e tem atuado para a estruturação de projetos para a cadeia de madeira e móveis. Um dos objetivos principais do Fórum é

aperfeiçoar a competitividade das pequenas e médias empresas fornecedoras deste setor. Busca também promover a complementação e a integração produtiva dessas empresas e apoiar a sua participação no mercado externo.

Colóquio sobre a micro, pequena e média empresa

O evento foi realizado pela Secretaria-Geral da Presidência da República (Brasil) e pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), no dia 14 de dezembro de 2008, em Salvador, Bahia, durante a Cúpula Social do Mercosul. Participaram cerca de 100 representantes de governos e associações de pequenas e médias empresas e da economia solidária dos quatro países do Bloco, além de Chile, Peru e Bolívia. O seminário debateu o papel das PMEs como fator de desenvolvimento econômico e social.

Seminário internacional

Como primeira atividade de formação de recursos humanos para a integração produtiva no Mercosul, a ABDI, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), realizou em Brasília (DF), em dezembro de 2008, seminário que reuniu gestores públicos, formuladores de políticas, empresários, gestores de entidades sociais, pesquisadores e representantes de órgãos regionais e internacionais.

Rodadas de integração produtiva

De modo a articular os esforços do grupo com as ações de estados e municípios dos países do Bloco, o GIP tem participado das Rodadas de Integração Produtiva organizadas pelo Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), a exemplo do evento “Mercosul Frente Norte”, realizado em setembro de 2008, em Manaus, voltado principalmente para a indústria e a integração de roteiros turísticos.

Próximos passos

Os Estados Partes já estão discutindo a inclusão de outros setores para o desenvolvimento de projetos voltados para a integração produtiva no Mercosul, tais como:

- Erva-mate, apicultura e derivados de mel;
- Agroquímicos e fertilizantes;
- Agroindústria e construção civil;
- Produtos farmacêuticos para uso veterinário;
- Indústria naval;
- Higiene Pessoal, perfumaria e cosméticos;
- Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Por outro lado, a persistência de travas ao comércio, a baixa interação entre os setores privados do Bloco, as dificuldades de financiamento para incorporação de tecnologia e a baixa qualificação da mão-de-

obra são obstáculos que ainda dificultam a integração produtiva do Mercosul.

Para superá-los, o Grupo de Integração Produtiva intensificará a realização de rodadas de negócios regionais para ca-

deias produtivas específicas, a articulação entre os setores produtivos e as agências de promoção comercial, além da cooperação entre aduanas para facilitar a circulação de produtos semiprocessados.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

SALVADOR (BA), 16 DE DEZEMBRO DE 2008

“No atual contexto de crise financeira, faz-se necessário aproveitar a oportunidade para propor alternativas que efetivamente contribuam para aprofundar um modelo regional de desenvolvimento e integração produtiva, social e econômica, sustentável e solidário. Nesta perspectiva propomos:

1. Que o Mercosul incorpore e ratifique as micro, pequenas e médias empresas e os empreendimentos da Economia Solidária como eixos estratégicos para a ampliação e intensificação da integração produtiva e social;
2. Que, para isso, se construa uma agenda com os atores destes setores e representantes dos governos para garantir este modelo de integração produtiva para os povos.

Reconhecemos e ratificamos a iniciativa de criação de novas institucionalidades, com o objetivo de avançar na integração produtiva e social da região: o Programa de Integração Produtiva, coordenado pelo Grupo de Integração Produtiva (GIP); os instrumentos como o Fundo de Garantias às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Mercosul; e o Fórum de Micro, Pequenas e Médias empresas do Mercosul .”

O MERCOSUL ECONÔMICO-COMERCIAL

Integração amortiza os efeitos da crise financeira internacional

Quando surgiram os primeiros sinais de que a crise iniciada nos países desenvolvidos atingiria a América Latina, os países do Mercosul buscaram coordenar as ações para amortizar os seus efeitos na região. Em outubro de 2008, foi realizada a sétima reunião extraordinária do Conselho do Mercado Comum, que contou com a participação dos presidentes dos Bancos Centrais. Na ocasião se observou a importância de preservar o nível de investimento nas áreas produtiva e social, em razão de seu efeito favorável para a geração de empregos e como incentivo à produção.

Posteriormente, na reunião dos Estados Partes e Associados, em dezembro de 2008, na Costa do Saúipe (BA), os presidentes salientaram:

“A necessidade de uma reforma profunda e abrangente da arquitetura financeira internacional e do estabelecimento, no âmbito global, de instrumentos que permitam respostas concretas, imediatas e mais adequadas à crise. Os países que estão envolvidos no processo de conformação do Banco do Sul ex-

pressaram a importância da sua ativação o mais rapidamente possível, com vistas ao desenvolvimento mais harmônico, equitativo e integral da América do Sul”.

Apesar das condições adversas geradas pela crise financeira, as negociações comerciais no Mercosul não ficaram paralisadas. Prosseguiram os entendimentos para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum e a adoção de um Código Aduaneiro Comum, e entraram em vigor os Acordos de Preferências Tarifárias com a Índia e com a União Aduaneira da África Austral (Sacu). A assinatura de acordos externos confirma o potencial de inserção do Mercosul na economia mundial.

Acordos internacionais

Dentre os acordos firmados pelo Mercosul, destacam-se:

Mercosul e Bolívia

A partir desse acordo – o primeiro firmado no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) – a Bolívia foi considerada como associada ao Mercosul. Em 1996 foi assinado o Acordo de Complementação Econômica (ACE-36), em vigor desde fevereiro de 1997. Os principais objetivos do compromisso com a Bolívia são o estabelecimento de uma zona de livre comércio, o desenvolvimento da infraestrutura física, a cooperação nas áreas econômica, energética, científica e tecnológica e o estímulo aos investimentos.

Mercosul e Chile

Trata-se do segundo acordo firmado pelo Mercosul como Bloco, em 25 de junho de 1996 (ACE-35). Desde o início, o acordo criava uma área de livre comércio, na qual produtos, serviços e investimentos podem circular com tarifa zero, desde que originados no Mercosul ou no Chile.

Mercosul e Comunidade Andina de Nações

Com o Peru foi firmado acordo de livre comércio (ACE-58) em 2003, no âmbito do Acordo-Quadro Mercosul e Comunidade Andina (CAN). O entendimento passou a vigorar a partir de janeiro de 2006. Pelo acordo, 99% dos produtos negociados, num prazo de 10 anos, passarão a circular com tarifa zero, com exceção do açúcar e do álcool.

Com os demais países da Comunidade Andina (Equador, Colômbia e Venezuela) foi firmado acordo de livre comércio em 2003 (ACE-59), que passou a vigorar a partir de 2005.

Mercosul e Cuba

Firmado em 2006 (ACE-62), substituiu os acordos bilaterais preexistentes. Não é um acordo de livre comércio, mas estabelece concessões com preferências fixas variando de 70% a 100%. Abrange 1.242 concessões do Mercosul e 2.720 de Cuba, em praticamente todos os setores.

Mercosul e México

Foram assinados dois acordos-quadro de livre comércio em 2002: ACE-54, para produtos de setores diversos, e ACE-55, para produtos do setor automotivo. Dentro des-

A negociação de acordos externos confirma o potencial de inserção do Mercosul na economia mundial.

ses acordos-quadro cada país do Mercosul firmou acordos bilaterais com o México.

Acordos comerciais fora da Aladi

Mercosul e União Europeia

A Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul realizada em Montevideu, em dezembro de 2009, aprovou uma declaração de caráter político sobre as negociações entre o Mercosul e a União Europeia, manifestando o interesse em retomar as negociações para a conclusão de um acordo de associação birregional equilibrado e ambicioso, que leve em conta as assimetrias existentes entre os dois blocos.

Mercosul e Índia

O Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia, assinado em 2005, está vigente desde 1º de junho de 2009. É um acordo de preferências fixas. Trata-se do primeiro acordo comercial extrarregional do Mercosul, com preferências tarifárias fixas para cerca de 900 produtos. Foram 452 códigos de concessões do Mercosul e 450 da Índia.

Durante o primeiro semestre de 2009, o Brasil exportou para a Índia mercadorias no valor de US\$ 934 milhões e importou US\$ 887 milhões. Foi realizada em Montevideu, Uruguai, em 23 de novembro de 2009, a primeira Reunião do Comitê de Administração Conjunta do Acordo de Preferências Fixas entre o Mercosul e a República da Índia, na qual se estabeleceu o objetivo de aprofundar e ampliar o acordo, mediante a incorporação de novos produtos e o aumento das preferências já existentes.

Mercosul e Israel

Trata-se do primeiro acordo de livre comércio firmado pelo Mercosul com um país de fora do continente. O acordo cobre os seguintes temas: comércio de bens, regras de origem, salvaguardas, regulamentos técnicos, medidas sanitárias e fitossanitárias, cooperação técnica e tecnológica, solução de controvérsias e cooperação aduaneira. O acordo não alcança o setor de serviços, não trata de proteção de investimentos nem de propriedade intelectual. O Estado de Israel já ratificou o compromisso que prevê a entrada em vigor bilateral e progressiva entre Israel e os Estados Partes do Mercosul, à medida que cada um destes venha a ratificá-lo. O tratado já está em vigor entre Israel e Uruguai desde 23 de dezembro de 2009.

Mercosul e África do Sul

O objetivo é chegar a um acordo de livre comércio, porém iniciando por um entendimento de preferências fixas. As negociações evoluíram para um acordo com a União Sul-

O Sistema de Pagamentos em Moedas Locais reduz os custos das transações comerciais e fortalece a integração financeira entre os países do Mercosul.

Africana (Sacu), composto por África do Sul, Botsuana, Namíbia, Lesoto e Suazilândia. Foi assinado em dezembro de 2008 pelo Mercosul e, em abril de 2009, pela União Sul-Africana e está em avaliação nos congressos. São 1.076 códigos de concessões do Mercosul e 1.026 da Sacu.

Sistema Global de Preferências

É um acordo de pequeno porte, mas de grande importância para o Grupo dos 77 países em desenvolvimento, articulados no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad). Tem por objetivo incrementar o comércio entre esses países e contribuir para aprofundar as relações Sul-Sul. Em 1997 o Mercosul aderiu como bloco ao Sistema Global de Preferências Comerciais, em substituição aos acordos bilaterais preexistentes.

Sistema de pagamentos em moedas locais

Já está em vigor entre Argentina e Brasil, desde 2008, o Sistema de Pagamentos em Moedas Locais (SML) que permite a realização de operações de comércio exterior em pesos ou reais, sem necessidade de conversão ao dólar. Além de reduzir os custos das transações comerciais, esse sistema é o primeiro passo para uma maior integração financeira entre os países do Bloco. Inicialmente, o Sistema restringia-se às operações de intercâmbio de bens, mas, em 2009, o Conselho do Mercado Comum decidiu estendê-lo para transações de qualquer natureza realizadas entre os Estados Partes do Mercosul. Com a nova norma, poderão ser feitas transações de comércio de serviços e de transferências unilaterais. Também está em estudo a utilização do SML para o pagamento de benefícios previdenciários.

Durante a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em dezembro de 2009, em Montevideu, o Uruguai anunciou sua adesão ao Sistema. Com a adesão do Paraguai, prevista para meados de 2010, todo o comércio intrabloco poderá ser efetuado com moedas locais.

Além do SML, no âmbito do Mercosul, também tiveram avanços outras experiências regionais de pagamentos de transações comerciais em moedas locais, como o Sistema Único de Compensação de Pagamentos Re-

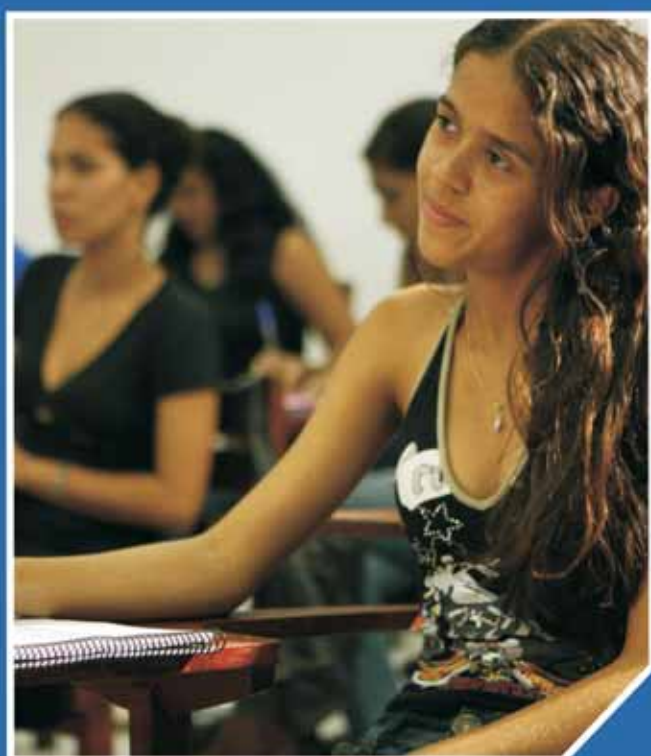
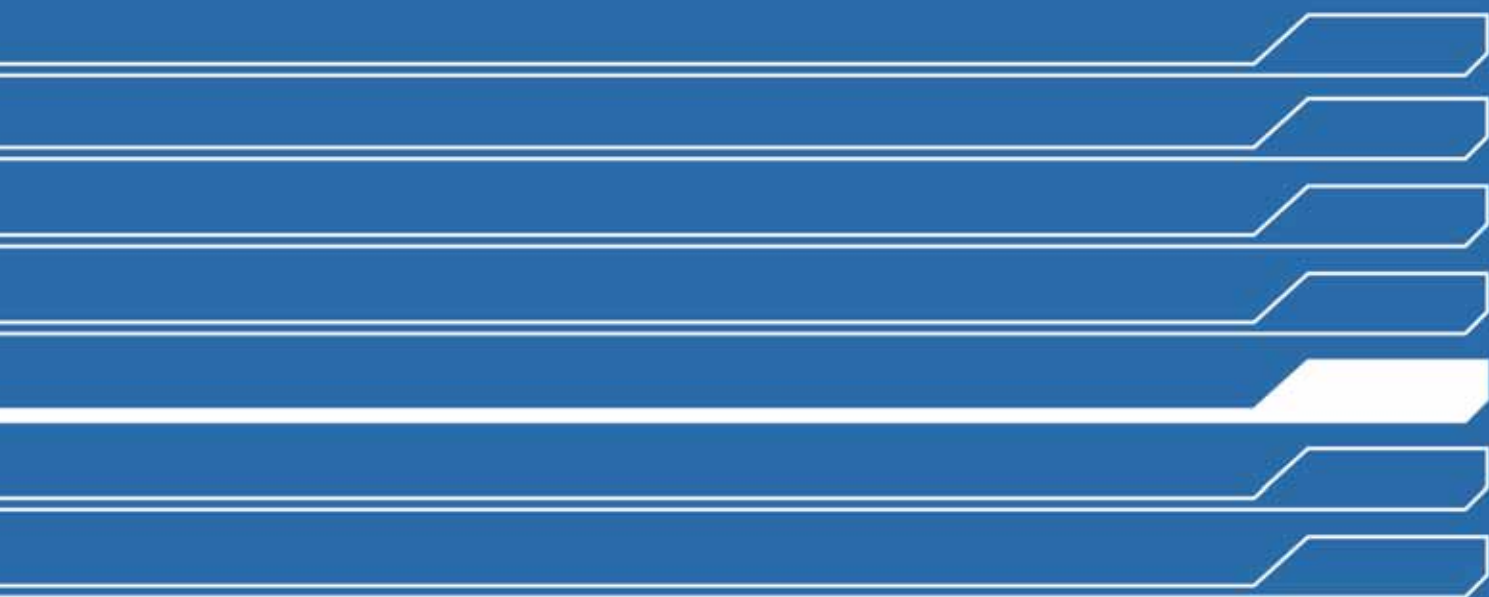
gionais (Sucre), que envolve os países da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba).

Encontro de comércio exterior

O Encontro de Comércio Exterior (Encomex) do Mercosul foi realizado entre 15 e 17 de setembro de 2009, em Foz do Iguaçu (PR). O evento foi organizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em parceria com a Presidência da República, Apex-Brasil, Itaipu Binacional, Correios, Sebrae, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e o governo do estado do Paraná. O Encontro, voltado para empresários, entidades de classe, câmaras de comércio, associações municipais e regionais, bem como representantes governamentais de nível nacional e regional do Mercosul, permitiu a realização de uma série de rodadas de negócios e a prospecção de novas oportunidades comerciais entre os países do Bloco.

O Encomex – com mais de 130 eventos realizados desde 1997 – tem por objetivo estimular maior inserção do empresariado brasileiro no comércio exterior, por meio da organização de palestras e oficinas de divulgação das ações, políticas e ferramentas do poder público e de agentes privados, colocadas à disposição do empresariado. A reunião em Foz do Iguaçu (PR) constituiu o primeiro Encontro voltado especificamente para o Mercosul.

MULHERES, DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE



5

Igualdade de Gênero e de Oportunidades

A Promoção dos Direitos Humanos
no Mercosul

Juventude no Mercosul

IGUALDADE DE GÊNERO E DE OPORTUNIDADES

A luta em defesa dos direitos da mulher no Mercosul

O Mercosul tem avançado no tratamento das questões de gênero em suas políticas públicas regionais. O foco central das articulações políticas nesse campo é a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, em todas as dimensões das relações sociais. A equidade de gênero é concebida como um dos fatores determinantes do desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

O espaço institucional do Mercosul responsável por essas questões é a Reunião Especializada da Mulher (REM). Ao consolidar-se como um foro privilegiado de articulação e apoio às políticas de igualdade de gênero e de defesa dos direitos das mulheres, a REM desempenha importante papel na implementação de políticas voltadas para problemas comuns aos Estados Partes. Ao mesmo tempo, estimula a busca de soluções no âmbito interno de cada país.

Alguns temas têm merecido atenção especial. Um primeiro grupo de prioridades diz respeito ao enfrentamento da violência con-

tra as mulheres, em especial da violência doméstica; à defesa dos direitos das mulheres em situação de prisão e à prevenção e combate ao tráfico de mulheres e meninas. Também se destacam as ações em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o combate à feminização da Aids e ao crescimento das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) entre as mulheres. Um terceiro eixo central é a participação das mulheres nos espaços de poder do Mercosul – com ênfase nos parlamentos nacionais e no Parlasul.

Enfrentamento da violência contra a mulher

No que diz respeito ao enfrentamento da violência contra as mulheres, todos os Estados Partes têm avançado na busca de instrumentos e políticas internas para tratar o problema.

Em relação à violência doméstica e familiar, é importante assinalar a atuação do governo brasileiro, que tem alcançado resultados positivos em um curto espaço de tempo. Nesse sentido, destaca-se a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), já considerada uma das mais importantes legislações no setor, comparável somente à lei espanhola de Proteção contra a Violência de Gênero, de 2004.

Outras medidas importantes também devem ser consideradas. O Plano Plurianual de Investimentos do Governo (PPA 2008-2011) ampliou a sua Agenda Social com a

inclusão do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, desde 2008, uma ação prioritária na atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil.

Pacto contra a violência

O Pacto articula medidas de diferentes naturezas no atendimento às necessidades das mulheres vítimas ou em situação de violência. Isto significa que, além da prevenção e combate à violência, o atendimento a essas mulheres é feito numa perspectiva de inserção ou reinserção social, com ênfase nos aspectos educacionais, econômicos, culturais, do acesso à justiça e ao exercício de seus direitos, além da atenção especial às suas condições de saúde física e psicológica.

Empenhados na mesma luta, os demais países do Mercosul também apresentam avanços na implementação de medidas específicas, como no caso do Uruguai, que lançou o primeiro *Plan Nacional de Lucha contra la Violencia Doméstica*; e da Argentina, com a *Ley de Protección Integral para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres* e do Paraguai, com a *Ley contra la Violencia Doméstica*.

A realização de campanhas nacionais e regionais constitui mais uma das formas adotadas pela REM para a prevenção e o combate à violência, a exemplo da Campanha de Sensibilização e Conscientização Regional, que acontece anualmente no marco das comemorações, por parte do Mercosul, do

*A equidade de gênero
é um dos fatores
determinantes do
desenvolvimento social,
econômico e cultural
do Mercosul.*

dia 25 de novembro – Dia Internacional de Eliminação da Violência Contra a Mulher.

A XXI REM, realizada em maio de 2009, no Paraguai, chamou a atenção para a violência que atinge as mulheres com deficiência, concluindo pela elaboração de uma resolução que contemplou os seguintes pontos: considerar a inclusão desse segmento na agenda de trabalho dos organismos nacionais e nos planos nacionais de igualdade de oportunidades; produzir indicadores sobre as mulheres com deficiência; incluir a problemática das mulheres com deficiência como eixo temático na Comissão Técnica de Especialistas de Violência contra a Mulher; e promover a realização de um seminário regional sobre o assunto.

Uma preocupação permanente dos Estados Partes é a produção de um registro que consolide as informações sobre a situação da violência contra as mulheres na região do Mercosul. Esta é uma das medidas mais desafiadoras para o conjunto dos países

membros, tendo em vista as próprias dificuldades das vítimas em denunciar ou registrar as ocorrências junto aos órgãos competentes. Isto não impede que cada país se mobilize na busca de alternativas e recursos para a superação do problema. Neste caso, todas as iniciativas devem ser consideradas, como a criação do serviço telefônico 180, lançado em 2003 pelo governo brasileiro, com a finalidade de prestar apoio e informações às mulheres em situação de violência.

Combate ao tráfico de mulheres

Outro ponto a ressaltar é a atuação dos Estados Partes frente às questões do tráfico de mulheres e meninas, tema amplamente abordado nas últimas sessões da REM, em 2008 e 2009.

O fenômeno do tráfico de mulheres é muito antigo entre os Estados Partes do Mercosul. Merece destaque a criação de Redes e Mesas de Trabalho constituídas por instituições públicas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais com vistas à prevenção, punição e repressão ao tráfico de pessoas e à atenção às suas vítimas. Em face do problema, em 2008 a Argentina sancionou a Lei nº 26.364, de *Prevención y Sanción de la Trata de Personas y Asistencia a sus Víctimas*. O Uruguai, por sua vez, em dezembro de 2007, sancionou a Lei nº 18.250, de *Migraciones*.

No Brasil, o tráfico de mulheres e meninas constitui um dos eixos centrais do Pacto

O debate sobre a participação das mulheres nos espaços de poder ocupa lugar de destaque nas agendas dos países do Bloco.

Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. A promulgação pelo governo brasileiro do Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, instituindo a Política Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, também representou um passo importante na direção da definição de medidas e de instrumentos mais efetivos para o tratamento do problema.

Mulheres encarceradas

Da mesma forma, a situação das mulheres encarceradas tem merecido uma atenção especial do governo brasileiro e dos demais Estados Partes do Mercosul.

As recomendações da REM, nessa área, incluem a observância dos Acordos Internacionais e a revisão das legislações em vigor nos países membros, com foco nas mulheres estrangeiras. Também foi recomendado o es-

tabelecimento de novos tipos de benefícios, com atenção especial aos mecanismos de trabalho e educação, que muitas vezes acabam se institucionalizando como novas ferramentas de poder contra as mulheres nos serviços penitenciários.

De modo geral, os países que integram a REM ainda não possuem políticas específicas para as mulheres migrantes em situação de prisão. Em alguns casos, algumas medidas estão previstas. No Paraguai, em relação às mulheres estrangeiras, realizam-se atividades de educação, profissionalização e exposição de seus produtos, em acordo com empresas locais (100% do dinheiro obtido com as vendas ficam com a mulher encarcerada).

No Chile, as mulheres migrantes constituem a maioria da população carcerária feminina e estão vinculadas a delitos por tráfico de drogas. Todas têm acesso a programas de defesa de mulheres, de atenção a famílias e ao compartilhamento de tarefas familiares, além da constituição de redes produtivas para a sua inserção social.

A Argentina, entre outros desafios, preocupa-se com a questão do idioma, considerando que 41% das mulheres em situação de prisão são estrangeiras e não falam a língua do país. Nesse sentido, são feitas articulações com os consulados para implementar programas de instrução e assistência a essas mulheres.

O Brasil encontra-se em situação semelhante. Estão sendo intensificados os contatos com embaixadas e consulados, com vistas à ampliação e qualificação do diálogo sobre a problemática das mulheres migrantes. Paralelamente, está sendo elaborada uma cartilha, em inglês e espanhol, para que as prisioneiras estrangeiras possam conhecer os seus direitos.

Direitos sexuais e reprodutivos

Quanto aos direitos sexuais e reprodutivos, o foco central das últimas sessões da REM tem sido o enfrentamento da feminização da Aids, fenômeno que mobiliza todos os Estados Partes, dada a seriedade do quadro que se delineia na região. A gravidade do assunto levou o Conselho do Mercado Comum a recomendar que todos os foros e órgãos da estrutura institucional do Mercosul incorporem em suas agendas a perspectiva de gênero.

No Brasil, várias medidas têm sido tomadas nesse sentido, como o lançamento da Política Nacional de Enfrentamento da Feminização da Aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis, uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde. Em 2008 e 2009 o governo brasileiro realizou duas grandes campanhas televisivas, dirigidas à população adulta e idosa – considerando o crescimento da incidência da doença no grupo de mulheres acima de 50 anos.

Participação das mulheres nos espaços de poder

O debate sobre a participação das mulheres nos espaços de poder também ocupa lugar de destaque nas agendas dos países membros. Embora o conceito de “espaços de poder” deva ser considerado em suas diferentes dimensões, no âmbito da REM, o foco principal das discussões tem se orientado para a participação das mulheres nos parlamentos de seus países e no recém-instituído Parlamento do Mercosul.

Neste aspecto, o Brasil está em desvantagem, não só no Mercosul, mas também no conjunto da América Latina e do Caribe. Enquanto as mulheres brasileiras representam 9% do total de parlamentares da Câmara dos Deputados, na Argentina esse percentual chega a 40%; no Peru, 29,2%; no Equador, 25%; na Venezuela, 18,6%; na Bolívia, 16,9%; no Chile, 15%; no Paraguai, 12,5%; e, em Cuba, as mulheres já representam 43,2%.

Por esta razão foi sancionada no Brasil a Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que altera legislações eleitorais preexistentes. A Lei, conhecida como “minirreforma eleitoral”, garante um mínimo de 30% e um máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. A nova norma também obriga partidos e coligações a implementar programas de promoção e difusão da participação política das mulheres; além de estabelecer tempos mínimos a serem dedi-

cados às mulheres durante a propaganda partidária gratuita.

Outras iniciativas têm sido tomadas pelo Brasil, como a constituição do fórum suprapartidário de mulheres parlamentares, que vem atuando no sentido de avançar na reflexão e na prática dos partidos políticos, para ampliar a participação das mulheres, seja no processo eleitoral, seja na sua atuação interna, como parlamentar eleita.

Um tema que guarda estreita relação com a representação feminina nos espaços de poder começou a ser introduzido nas recomendações da XX REM, em 2008. Trata-se da participação das mulheres em operações de manutenção da paz e de ajuda humanitária, e em temas como a inserção e a atuação efetiva das mulheres nas Forças Armadas, entre outros pontos afins. O assunto também está em pauta no Brasil, onde se amplia o diálogo entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e os setores competentes.

Por fim, merece destaque a recente aprovação de projeto apresentado pela REM, no âmbito do Acordo de Cooperação assinado com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (Aecid). O projeto “Fortalecimento da Institucionalidade e da Perspectiva de Gênero no Mercosul” busca contribuir para que os diferentes espaços institucionais do Bloco incorporem o tema em todas as suas ações.

O projeto se estrutura em quatro eixos: fortalecimento da Reunião Especializada da Mulher; construção de sistema de informação regional sobre violência doméstica contra a mulher; participação política das mulheres, com foco no Parlamento do Mercosul;

e ações de enfrentamento ao tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. O projeto permitirá à REM seguir desenvolvendo ações voltadas para a ampliação dos direitos das mulheres e a consolidação da democracia no Mercosul.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL TUCUMÁN, ARGENTINA, 29 DE JUNHO DE 2008

“Clamamos pela adoção de iniciativas destinadas a obter a paridade de gênero na futura eleição parlamentar do Mercosul.”

“Reconhecemos que a violência baseada no gênero é um problema político e representa uma das principais manifestações de violação de direitos humanos no mundo.”

“Raça, etnia, orientação sexual, idade e condição socioeconômica são elementos que aumentam a vulnerabilidade das mulheres. Esta vulnerabilidade está baseada na desigualdade e inequidade das mulheres face às regras, normas e práticas de distribuição do poder nas sociedades atuais.”

“É preciso levar o enfoque de igualdade de oportunidades a todos os âmbitos, nacionais e regionais, e exigir que as políticas públicas se transversalizem com a perspectiva de gênero.”

A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL

Governos e sociedades trabalham para fortalecer os direitos humanos

A Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos (RAADH), como é chamada a instância que trata das questões dos direitos humanos no Mercosul, foi criada em 2005 e atualmente é constituída por quatro comissões permanentes (Iniciativa Niñ@sur; Memória, Verdade e Justiça; Discriminação, Racismo e Xenofobia; Educação e Cultura em Direitos Humanos) e quatro Grupos de Trabalho (Indicadores de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Direitos dos Idosos; Orientação Sexual e Identidade de Gênero; e Direitos das Pessoas com Deficiência). Também fazem parte da agenda da RAADH temas como pobreza, segurança pública, migrações, trabalhos forçados, sistema carcerário, juventude e implementação dos instrumentos jurídicos internacionais sobre direitos humanos.

As ações da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos objetivam desenvolver a integração das políticas de promoção dos direitos humanos no Mercosul, sempre

em sintonia com a agenda internacional. Em 2008, durante a presidência *pro tempore* brasileira, a RAADH deu início a um diálogo entre os Estados Partes e Associados e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a respeito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Instituto de políticas públicas

Com o objetivo de apoiar as instituições nacionais que se dedicam à elaboração de políticas públicas em direitos humanos, foi proposta a criação, em julho de 2008, do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH), com sede em Buenos Aires. O Instituto complementa as iniciativas em prol do fortalecimento do Estado de Direito na região e tem como funções a harmonização normativa entre os Estados Partes em matéria de promoção e proteção dos direitos humanos, a assistência técnica e capacitação de funcionários governamentais e a realização de estudos e pesquisas sobre o tema.

Iniciativa Niñ@sur

O combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na tríplice fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), bem como à produção e difusão de material pornográfico infanto-juvenil pela Internet é um dos objetivos principais do programa Niñ@sur. Em 2008, foi assinado convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implementação da estratégia regio-

nal de luta contra o tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, com foco nas regiões de fronteira dos Estados Partes do Mercosul.

Memória, verdade e justiça

Este programa consiste em um foro regional de cooperação técnica que busca promover o direito à verdade e à memória como um direito humano, a partir das experiências nacionais. A iniciativa permite a troca de experiências sobre a criação e o funcionamento de mecanismos judiciais e extrajudiciais para investigar violações aos direitos humanos praticadas pelos regimes autoritários. Durante a presidência *pro tempore* brasileira, no segundo semestre de 2008, foi realizado o Seminário sobre Direito à Memória e à Verdade, promovido pela RAADH em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Fundação Luterana de Diaconia.

Orientação sexual

O combate a toda forma de discriminação constitui prioridade da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos. Os debates sobre orientação sexual e identidade de gênero que vêm sendo realizados pelo órgão buscam articular uma posição comum dos Estados Partes e Associados no Conselho de Direitos Humanos da ONU e em outros fóruns internacionais. Erradicar a discriminação por orientação sexual nos países do Mercosul demanda ações permanentes

A vigência das instituições democráticas e o respeito aos direitos humanos são condições essenciais para a evolução do Mercosul.

de longo prazo. Por iniciativa da RAADH vem sendo discutido com organizações da sociedade civil dos Estados Partes, o lançamento de uma campanha regional contra a homofobia.

Indicadores comuns de direitos humanos

O programa de Desenvolvimento de Indicadores de Progresso em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais foi desenhado para ajudar a verificar os progressos na consolidação desses direitos nos Estados Partes. Foram elaborados indicadores na área de direitos trabalhistas e educacionais, sempre levando em consideração a condição de gênero, etnia, idade e renda.

Promoção dos direitos das pessoas com deficiência

Constituído em 2008, o Grupo de Trabalho sobre Direitos das Pessoas com Deficiência tem por objetivo promover o inter-

câmbio de experiências e boas práticas dos Estados Partes e Associados em relação a este segmento da população. Além disso, o grupo realiza averiguações sobre a situação dessas pessoas no Mercosul, com vistas a propor políticas comuns de promoção dos seus direitos nos países do Bloco.

Direitos humanos e democracia

O Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos no Mercosul foi aprovado pelo Congresso brasileiro em 27 de agosto de 2009. O Protocolo estabelece que a plena vigência das instituições democráticas e o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais são condições essenciais para a evolução do Bloco. O instrumento representa um aprofundamento dos compromissos assumidos no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul.

Em situações de crise institucional, caso se registrem graves e sistemáticas violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais, o Protocolo prevê a adoção de penalidades, que podem levar até mesmo à expulsão do Estado infrator do Bloco regional.

Igualdade racial

O Grupo de Trabalho sobre Racismo, Discriminação Racial e Xenofobia da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul tem atuado em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promo-

ção da Igualdade Racial do Brasil (Seppir), com o objetivo de erradicar a discriminação racial no Bloco.

As ações desenvolvidas nesta área estão de acordo com as orientações contidas no Anteprojeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância. Elas também refletem acordos firmados na Conferência Regional das Américas sobre os Avanços e Desafios do Plano de Ação Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em julho de 2006 em Brasília (DF).

Objetivos do Grupo de Trabalho:

- Fortalecer, no âmbito do Mercosul, um espaço que se dedique ao estudo e ao intercâmbio de experiências e políticas para a promoção da igualdade racial;
- Trabalhar junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) para a aprovação de uma convenção interamericana contra o racismo, a xenofobia e todas as formas de intolerância e discriminação;
- Promover campanhas públicas unificadas na região, em particular sobre os temas que mereçam tratamento prioritário ou de urgência.

A ação do Grupo permitiu a formulação de posições comuns dos Estados Partes na Conferência Regional Preparatória da América Latina e Caribe para a Conferência de Revisão de Durban, realizada em junho de 2008,

em Brasília (DF). Esta Conferência Preparatória da ONU contou com a participação ativa da sociedade civil. Também foi realizado no Brasil, em novembro de 2008, o Seminário Afrodescendentes no Mercosul. Essas ações revelam a importância que o tema adquiriu para a integração regional.

Em 2010 estão previstas a continuidade de iniciativas como a discussão de critérios comuns sobre raça e etnia na aplicação dos censos nacionais, o estudo de indicadores de igualdade racial e o debate sobre a discriminação dos povos indígenas.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

Salvador (BA), 16 de dezembro de 2008

“Diálogos interinstitucionais entre a sociedade civil e os Estados devem incorporar as diversidades sociais, culturais, étnicas, sexuais e de gênero que permitam construir um modelo de Mercosul integral, democrático e representativo.”

“Está demonstrado que as políticas universais não são uma ferramenta eficaz na luta contra as desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas que nos afetam.”

“A invisibilidade das nossas problemáticas contribui para o desenvolvimento de estruturas discriminatórias, excludentes e racistas.”

“Visões homogeneizadoras que tentam tornar invisíveis as diversidades no interior da nossa região devem ser combatidas, para que se possa obter uma maior representação das nossas realidades.”

JUVENTUDE NO MERCOSUL

Jovens defendem agenda regional do trabalho decente

A Reunião Especializada de Juventude do Mercosul (REJ), órgão de assessoramento criado em julho de 2006, tem por objetivo propor políticas públicas de juventude para os países do Bloco. A sessão nacional da REJ é coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e conta com a participação regular de representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Trabalho, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e de organizações da sociedade civil.

Como foi apontado pelas organizações sociais que participaram da I Cúpula Social do Mercosul, em dezembro de 2006:

“O desenvolvimento social e econômico do Mercosul passa pela elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de juventude que se articulem transversalmente com as políticas de educação, trabalho decente, cultura, saúde, segurança pública, intercâmbio de jovens, turismo, meio ambiente, esporte e lazer. As políticas públicas de juventude devem ser compreendidas como prioridade por todas

as gerações e devem, necessariamente, contemplar o estímulo à participação dos jovens nas esferas de decisão do Bloco”.

A REJ é uma das reuniões especializadas que apoiam a participação de representantes das organizações sociais em suas sessões e, por esse motivo, vem atuando em sintonia com as demandas da sociedade civil.

Agenda do trabalho decente juvenil

Em 2009 a REJ priorizou a agenda do trabalho decente juvenil, em razão da relevância do tema para o desenvolvimento da região. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que existam cerca de 10 milhões de jovens desempregados na América Latina, o que equivale a 16% da força de trabalho entre 15 e 24 anos, nível três vezes superior ao dos adultos. Em todo o mundo, os jovens representam 40% do total de desempregados.

A REJ realizou sua quinta sessão em junho de 2009, em Assunção, durante a presidência *pro tempore* do Paraguai. Naquela oportunidade, foi aprovada proposta brasileira de levar ao Grupo Mercado Comum a sugestão de que os Estados Partes adotem a Agenda de Trabalho Decente Juvenil.

Na reunião de Presidentes e Chefes de Estado do Mercosul, realizada em julho de 2009, em Assunção, Paraguai, foi aprovado comunicado no qual os presidentes:

“acolhem com satisfação a recomendação da Reunião Especializada de Juventude sobre a necessidade de fortalecer as iniciativas que tenham como objetivo desenvolver, junto aos Estados Partes e Associados do Mercosul, a implementação da Agenda do Trabalho Decente para a Juventude proposta pela Organização Internacional de Trabalho em colaboração com os organismos nacionais de juventude e as organizações sociais”.

Além de ser um reconhecimento do trabalho realizado pela REJ, a declaração presidencial salienta a importância da implementação de políticas de juventude no Mercosul. Como contribuição a esse esforço comum, o Brasil realizou, em novembro de 2009, em Brasília (DF), um seminário com a participação dos governos e das lideranças sindicais juvenis do Mercosul, com o objetivo de aumentar o intercâmbio de experiências sobre trabalho juvenil entre os Estados Partes.

Os jovens como fator de mudanças

A REJ também tem colaborado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) na realização de pesquisa sobre a situação da juventude no Mercosul. Em dezembro de 2009, foi divulgado o Informe sobre Desenvolvimento Humano para o Mercosul (2009-2010), com os resultados da pesquisa “Inovar para Incluir: jovens e desenvolvimento humano”.

A OIT estima que existam cerca de 10 milhões de jovens desempregados na América Latina, o que equivale a 16% da força de trabalho entre 15 e 24 anos.

Para o Pnud, os 64 milhões de jovens que vivem nos países do Mercosul podem ser os protagonistas de mudanças estruturais na região. Os jovens do Bloco constituem um ator social fundamental e, segundo a pesquisa, “valorizam a inovação e o conhecimento, o meio ambiente, o uso dos espaços públicos, a construção de acordos intergeracionais, a igualdade e a participação”.

O Informe do Pnud contendo as principais conclusões da pesquisa foi lançado no Brasil durante a reunião do Conselho Nacional da Juventude, realizada em Brasília (DF), em 10 de março de 2010.

Inovação e conhecimento

Em julho de 2009 ocorreu, no Rio de Janeiro (RJ), o Seminário Ibero-Americano “Juventude: Inovação e Conhecimento”, realizado

pela Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) e pela Secretaria Nacional de Juventude do Brasil, em parceria com o governo do estado do Rio Janeiro e com o apoio da Unesco.

O encontro teve o objetivo de construir uma posição articulada sobre políticas de juventude da América Latina a ser levada à XIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada no final de 2009, em Estoril, Portugal. Na ocasião foi elaborado um documento sobre inovação e conhecimento, a partir de uma perspectiva juvenil, levando em conta temas como sociedade do conhecimento, inclusão digital,

acesso à informação e políticas públicas de combate ao analfabetismo digital.

Organização Ibero-Americana de Juventude

O processo de adesão do Brasil à OIJ encontra-se em fase final de tramitação no Congresso Nacional. Fundada em 1996, a OIJ tem sede em Madri, Espanha, e conta com a participação dos demais países da América Latina, além de Portugal, Espanha e Andorra. O governo brasileiro desenvolve parcerias com a OIJ, por meio de diferentes órgãos, a exemplo da Secretaria Nacional de Juventude.

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE JUVENTUDE

SALVADOR (BA), 17 DE DEZEMBRO DE 2008

“O fato desta IV Sessão da REJ ter se realizado nos marcos da Cúpula Social do Mercosul reforça o caráter da integração regional que buscamos, a saber, uma integração produtiva, voltada para o desenvolvimento social e que contemple a dimensão participativa, considerando as identidades, as culturas e as potencialidades de nossos povos;”

“A promoção de políticas de trabalho decente é fundamental para a inclusão dos jovens na sociedade e para que a juventude possa desempenhar o seu papel de agente estratégico para a promoção do desenvolvimento econômico, produtivo e social de nossos Estados;”

“Ampliar os espaços de participação da sociedade civil em todas as Sessões da REJ e garantir o acesso à informação, à transparência e à prestação de contas confere legitimidade e sustentabilidade às decisões da Reunião Especializada.”



LIVRE CIRCULAÇÃO, SEGURIDADE SOCIAL E SEGURANÇA REGIONAL



6

Livre Circulação e Seguridade Social

Segurança Regional, Justiça e Cidadania

LIVRE CIRCULAÇÃO E SEGURIDADE SOCIAL

Acordos garantem direito à livre circulação e à seguridade social

Acordos de livre circulação beneficiam tanto os trabalhadores, que buscam novas oportunidades de emprego, quanto as empresas, que exploram novos negócios.

Em julho de 2009 entraram em vigor o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e o Acordo sobre Residência Mercosul, Bolívia e Chile. Ambos permitem a solicitação de residência com procedimentos simplificados e isenção de pagamento de multas e quaisquer outras sanções, independentemente da condição migratória com que o peticionário tenha ingressado no território do país de recepção.

Mediante a apresentação dos documentos necessários, os peticionários recebem a residência temporária, válida por dois anos, que poderá ser convertida em permanente por petição apresentada nos últimos três meses de vigência da residência temporária.

A aquisição de residência temporária assegura os direitos de entrar, sair, circular e permanecer livremente no território do país de recepção, bem como o direito de exercer qualquer atividade profissional, nas mesmas condições estabelecidas para os nacionais do país de recepção. Os acordos estabelecem, ainda, a igualdade de direitos civis e de reunião familiar, o tratamento igualitário em matéria trabalhista e os direitos de transferência de remessas e de acesso à educação pública.

Brasil concede anistia aos imigrantes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, em julho de 2009, o Projeto de Lei nº 1.664-D, de 2007, a chamada Lei da Anistia Migratória, que autoriza a residência provisória de cidadãos estrangeiros em situação irregular no Brasil.

A Lei permite que todos os estrangeiros que estejam em situação irregular e tenham entrado no Brasil até o dia 1º de fevereiro de 2009 regularizem sua situação e tenham liberdade de circulação, direito de trabalhar, acesso à saúde e educação públicas e à justiça. A medida humaniza a questão migratória e combate o tráfico de pessoas que entram no Brasil e ficam sujeitas a trabalhos análogos à escravidão. Bolivianos, paraguaios e peruanos estão entre os principais grupos populacionais que a nova legislação deverá beneficiar.

Documentação de menores

O aumento da circulação de pessoas que resulta da crescente interação entre os países do Mercosul repercute também nas famílias. Por esse motivo, a Reunião de Ministros da Justiça tem trabalhado para harmonizar as legislações nacionais dos Estados Partes no que diz respeito à proteção aos menores nacionais e residentes. Um avanço recente nesse campo é o Acordo sobre Procedimento para a Verificação da Documentação de Egresso e Ingresso de Menores entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, que estabelece normas comuns de controle da documentação das crianças e adolescentes que se deslocam entre os países do Bloco.

Documentos de viagem

Aprovado pelo Conselho do Mercado Comum em 2008, o Documento de Viagem dos Estados Partes do Mercosul e Associados habilita o trânsito de pessoas no território dos países do Bloco e dos países associados apenas com a cédula de identidade nacional, gerando condições para a livre circulação de pessoas no âmbito comunitário sem a necessidade de visto e passaporte.

Visto Mercosul

O Visto tem por objetivo facilitar a circulação temporária de pessoas físicas prestadoras de serviços no território do Bloco. A iniciativa beneficia gerentes e diretores-execu-

Estão em vigor acordos sobre residência que beneficiam cidadãos dos Estados Partes, da Bolívia e do Chile.

tivos, administradores ou representantes legais, cientistas, pesquisadores, professores, artistas, desportistas, jornalistas, técnicos qualificados, especialistas e profissionais de nível superior. O Visto Mercosul ajuda a promover uma maior circulação desses profissionais entre os Estados Partes, viabilizando a ampliação dos negócios e do comércio de serviços.

Acordo de seguridade social

Em face do aumento da circulação de cidadãos no interior do Bloco, o direito à Previdência Social vem recebendo atenção especial dos Estados Partes. O reconhecimento da importância do tema tem sido acompanhado por ações efetivas que garantem benefícios sociais e melhores condições de vida aos trabalhadores e trabalhadoras da região. O Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, em vigor desde 2005, já permitiu que oito mil brasileiros que mantiveram empregos em qualquer um dos quatro países do Bloco ao longo da vida se aposentassem e recebessem os benefícios devidos. O tratado permite que o tempo de contribui-

ção previdenciária de quem tenha trabalhado em mais de um país do Mercosul seja somado para fins de aposentadoria. Atualmente, cerca de 700 mil brasileiros residem nos países do Bloco e poderão se beneficiar do acordo. Também está em estudo a utilização do Sistema de Pagamentos em Moedas Locais (SML) para o pagamento de benefícios previdenciários.

O êxito alcançado com o Acordo de Seguridade Social do Mercosul estimulou a as-

sinatura de acordos multilaterais similares. O Acordo Ibero-americano de Seguridade Social, firmado em 2007, é um exemplo. Quando ratificado pelos parlamentos nacionais, ele beneficiará cerca de cinco milhões de trabalhadores imigrantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Portugal, Espanha e Principado de Andorra.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

TUCUMÁN, ARGENTINA, 29 DE JUNHO DE 2008

“Assinalamos a necessidade de elaborar um plano de informação operativo, sistemático e integral acerca dos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias, assim como de promover nos países de origem as condições necessárias para permitir o exercício do direito de migrar ou não migrar.”

“Propomos aos países do Mercosul a aplicação efetiva do critério único de nacionalidade fixado pelo Acordo de Livre Residência do Mercosul para a outorga a seus cidadãos do direito de viver em seus territórios.”

“Propugnamos pela generalização da aplicação das normas do Mercosul que garantam a igualdade de direitos: sair e entrar livremente dos territórios partes e associados; exercer livremente as atividades econômicas e laborais; aceder à educação, à formação profissional, à justiça, à seguridade social, saúde e direitos sindicais.”

“Reforça-se a necessidade de que os espaços compartilhados das fronteiras tenham regimes específicos, especialmente no que se refere aos trabalhadores fronteiriços.”

SEGURANÇA REGIONAL, JUSTIÇA E CIDADANIA

Acordos de cooperação jurídica e de segurança pública fortalecem integração

O mundo globalizado acelerou o trânsito internacional de bens, serviços e pessoas. Por outro lado, o crime organizado também estendeu suas atividades, praticando ações ilícitas em vários países ao mesmo tempo, com sofisticadas técnicas de lavagem de dinheiro, de corrupção e de criação de redes criminosas. Torna-se necessário desenvolver mecanismos para coibir a prática de crimes e a impunidade.

As questões de segurança são tratadas, no âmbito do Mercosul, pela Reunião de Ministros do Interior. Criado em 1996, o órgão tem como prioridade avançar na cooperação e coordenação das políticas, tarefas e legislações em áreas relativas à segurança regional. Desde o início de seus trabalhos, a Reunião tem se dedicado a temas como o combate ao narcotráfico, terrorismo, lavagem de dinheiro, contrabando, tráfico de menores, roubo ou furto de veículos automotores, tráfico ilícito de material nuclear e crimes ambientais.

Por meio da Reunião de Ministros do Interior, os Estados Partes trabalham para melhorar os mecanismos regionais que cuidam da segurança nos países do Bloco. Ao longo desses anos, foram aprovadas diferentes decisões destinadas a articular ações entre as forças policiais dos Estados Partes. O Acordo Marco sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional, o Plano Geral de Segurança Regional, o Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do Mercosul (Sisme) e o Programa de Segurança Pública com Cidadania no Mercosul são exemplos das iniciativas coordenadas pela Reunião de Ministros do Interior do Mercosul.

Segurança pública com cidadania

Na XXIV Reunião de Ministros do Interior, realizada em novembro de 2008, em Porto Alegre (RS), foi aprovado o Plano de Ação de Segurança Pública com Cidadania, que atualiza o Compromisso de Buenos Aires sobre Segurança Regional no Mercosul, assinado em junho de 2006. O novo Plano busca superar a visão tradicional segundo a qual os problemas no campo da segurança pública ou são de natureza policial, ou são de natureza social. Ele foi concebido de forma integrada e privilegia a relação entre a polícia e o cidadão como princípio norteador das ações de segurança. O Plano pretende criar condições para que o livre trânsito de pessoas seja uma realidade na região.

A prevenção à violência, o fortalecimento da repressão aos ilícitos transnacionais e o es-

tabelecimento de medidas para facilitar a integração das pessoas são as metas principais do novo Plano. Para alcançá-las serão realizadas ações de capacitação policial, coordenação e cooperação operacional policial e intercâmbio de informações de segurança por meio do Sistema de Intercâmbio de Informações sobre Segurança no Mercosul (Sis-me). Também está sendo debatida a criação de uma instância de cooperação policial do Mercosul com base nas experiências da Interpol, da Europol e da Ameripol.

Acesso à justiça

Diferentemente da maioria dos países do Bloco, que possuem ministérios distintos para tratar de assuntos vinculados à segurança pública (os Ministérios do Interior) e à justiça, no Brasil esses dois temas estão sob a competência do Ministério da Justiça.

A Reunião de Ministros da Justiça (RMJ) foi criada em 1991, na primeira reunião do Conselho do Mercado Comum. Sua principal função é desenvolver a cooperação jurídica e harmonizar as legislações dos Estados Partes. A RMJ trata de questões relativas à prevenção, repressão e punição ao tráfico de pessoas; proteção dos menores; garantia de tratamento equitativo aos cidadãos e cidadãs do Mercosul; garantia do livre acesso à Justiça para defesa dos direitos dos cidadãos do Bloco; e harmonização das legislações nacionais.

O Mercosul busca superar a visão tradicional, segundo a qual os problemas da segurança pública são de natureza policial ou de natureza social.

Atualmente a Reunião de Ministros da Justiça discute a constituição de equipes conjuntas de policiais para atuar na investigação e no combate ao tráfico de pessoas e ao crime organizado. Estão adiantados os estudos para a adoção do Mandado Mercosul de Captura, tendo como modelo o Mandado de Detenção Europeu. A medida destina-se a acelerar os procedimentos de entrega de indivíduos foragidos entre os Estados Partes e deve substituir os processos de extradição, solucionando a morosidade e o excesso de formalismo que caracterizam esse mecanismo.

Durante a presidência *pro tempore* do Brasil, em 2008, foi concluída a elaboração do Guia de Boas Práticas em Matéria de Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Medidas de Segurança, elaborado com a colaboração das representações de todos os Estados Partes e Associados. O Guia tem por objetivo orientar os agentes públicos que tratam da transferência de apenados.

Ainda em 2008, os Ministros do Interior e da Justiça dos países membros do Mercosul firmaram a Declaração de Porto Alegre, pela qual estimulam a aprovação do Acordo Regional sobre o Benefício da Justiça Gratuita e Assistência Jurídica Gratuita.

Uma série de medidas bilaterais também está em andamento. Brasil e Bolívia, por exemplo, assinaram nota conjunta, em 2008, em que unem forças contra o tráfico de drogas e o crime organizado na região. Poderão ser utilizados satélites – em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) – para a vigilância aérea a partir de aeronaves não tripuladas.

Cooperação entre ministérios públicos da região

Em novembro de 2009 foi realizada, em Montevideu, Uruguai, a VIII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul e Estados Associados. O Bra-

sil foi representado pela Procuradoria-Geral da República.

Um dos temas principais debatidos por esse foro é o comércio ilegal de carros na região, delito que deve ser mitigado com a adoção de um registro automotivo único do Mercosul. O tema foi discutido no Fórum de Concertação e Consulta Política (FCCP) do Mercosul e terá continuidade em 2010. O projeto consiste na padronização de um banco de dados único com os registros de todos os automóveis. Os procedimentos, requisitos legais e cobrança de taxas para emplacamento e registro de veículos continuariam regidos pelos regulamentos nacionais.

Em relação à capacitação jurídica na região, o Ministério Público do Brasil propôs a criação de um Centro de Formação Regional, atualmente em discussão, com vistas ao fortalecimento institucional e ao aprofundamento da cooperação entre os Ministérios Públicos dos Estados Partes.



TURISMO, ESPORTES, COMUNICAÇÃO, CIDADES E ESTADOS



7

Ações Comuns de Turismo e Esportes

Municípios, Estados, Províncias
e Departamentos

Políticas de Comunicação Pública

AÇÕES COMUNS DE TURISMO E ESPORTES

Turismo e esporte como fatores da integração social e econômica

A Reunião de Ministros de Estado de Turismo e a Reunião Especializada em Turismo do Mercosul são as duas instâncias de coordenação das políticas de estímulo ao turismo no Bloco. A principal diretriz de atuação dessas instâncias consiste no fortalecimento dos vínculos entre a atividade turística e as políticas de inclusão social, de modo a transformar o setor em instrumento do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda na região. No Brasil, a coordenação das atividades nessa área está a cargo do Ministério do Turismo. Entre os projetos em andamento, três merecem destaque.

Mercosul e Japão

O Projeto de Promoção Turística do Mercosul no Japão, realizado em parceria com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica), teve início em 2004, com o objetivo de aumentar o fluxo de turistas japoneses para a região. Em 2005, foi inaugurado o Escritório de Promoção Turística do Mercosul em Tóquio.

Esta é uma experiência pioneira e tem servido de exemplo para futuras ações de fortalecimento do turismo nos países do Bloco. A iniciativa ajudou a aumentar o fluxo de turistas japoneses para a América do Sul. No início do projeto, em 2003, 68.801 turistas japoneses visitaram os quatro países; em 2008, foram 110.661 visitantes, um aumento de 60,8%.

Promoção do turismo

Ainda no âmbito da Reunião de Ministros de Estado do Turismo do Mercosul foi criado, em dezembro de 2009, o Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul (FPTur), iniciativa que fortalece a articulação de ações regionais na área do turismo. O Fundo destina-se a promover os produtos turísticos dos países do Mercosul em terceiros mercados. O objetivo é que o FPTur esteja em plena operação em 2011 e possa garantir os recursos para a manutenção do Escritório de Promoção do Mercosul em Tóquio. Em 2010, o projeto será financiado por meio de contribuições individuais de cada país na seguinte proporção: Brasil (65%), Argentina (20%), Paraguai e Uruguai (7,5%).

Turismo nas fronteiras

O Projeto Concertação de Fronteiras busca eliminar entraves ao fluxo de pessoas entre as fronteiras do Mercosul, com o objetivo de facilitar o trânsito de turistas e fortalecer o intercâmbio regional. Para promover o debate e a conscientização sobre o tema, o Mi-

nistério do Turismo realiza anualmente, desde 2004, o Seminário Internacional Turismo de Fronteira (Frontur). O evento discute propostas para facilitar o trânsito dos turistas no interior do Bloco. Soluções são analisadas em conjunto por autoridades responsáveis, órgãos governamentais de turismo, iniciativa privada, universidades e comunidades fronteiriças. A edição 2010 do Frontur será realizada pela primeira vez fora do Brasil, em Assunção, Paraguai, em data a ser definida.

Esporte e integração regional

O desenvolvimento da cooperação no campo dos esportes também é um importante fator de integração regional. A eleição do Brasil como país-sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e da Copa do Mundo de 2014 constitui uma oportunidade única para o desenvolvimento do esporte e do potencial de integração que ele representa para a região.

Em dezembro de 2009 foi realizada a II Reunião dos Ministros do Esporte do Mercosul. Apesar de não integrar formalmente o organograma do Bloco, o foro tem funcionado como

Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de 2014 constituem uma oportunidade para o desenvolvimento do esporte e do potencial de integração que ele representa para a região.

instância informal de coordenação entre os Estados Partes para harmonizar posições sobre temas de interesse comum na área do esporte.

As diretrizes estabelecidas pelos Ministros de Esporte do Mercosul priorizam o fortalecimento da dimensão social do setor, especialmente a inclusão social a partir das práticas esportivas. Além disso, se discutem ações comuns de promoção da educação física nos países do Bloco.

MUNICÍPIOS, ESTADOS, PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS

Governos locais também são protagonistas da integração

O Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) foi criado em 2004 e instalado em janeiro de 2007 e, neste curto espaço de tempo, contribuiu decisivamente para ampliar a participação dos governos subnacionais nos assuntos do Bloco.

O Foro cumpre importante papel no adensamento das relações entre os estados e municípios do Mercosul. Por um lado, contribui para que as oportunidades econômicas e comerciais geradas no Bloco se estendam aos territórios nacionais. Por outro, estimula os governos subnacionais a implementar políticas locais favoráveis à integração regional, especialmente em áreas como educação, saúde, cultura e desenvolvimento territorial.

Avanços institucionais realizados recentemente no Mercosul favorecem essas relações. Estados e municípios podem apresentar projetos de integração produtiva, infraestrutu-

ra física ou desenvolvimento social ao Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem). No plano político, o Parlasul se constituiu como uma ponte entre governos subnacionais e o Mercosul e, por intermédio da atuação de senadores e deputados federais, reforça a relação dos entes federais com o Mercosul.

Estrutura de funcionamento

O Foro é composto pelo Comitê de Municípios e pelo Comitê de Estados Federados, Províncias e Departamentos. Cada país membro designa até dez representantes para cada um deles. O acompanhamento das ações do FCCR é feito pelos Coordenadores Nacionais designados por seus governos. No Brasil, a Coordenação Nacional do Foro é de responsabilidade da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

O funcionamento do FCCR se estrutura por meio dos Comitês Temáticos, compostos pelos estados e municípios membros, que são os responsáveis pela elaboração técnica e execução das atividades:

- Comitê de Assuntos de Fronteira;
- Comitê de Desenvolvimento Econômico e Comercial;
- Comitê de Políticas Públicas;
- Comitê de Turismo;
- Comitê de Cultura.

Ações realizadas

Encontro de Governadores em Tucumán, Argentina - 2007: Reuniu governadores do Nordeste brasileiro e do Noroeste argentino para discutir a integração regional e oportunidades de cooperação nos temas Turismo e Cultura, Cooperação Universitária e Desenvolvimento Regional.

Encontro de Governadores da Frente Norte, Belém (PA) - 2007: Reuniu governadores das sub-regiões amazônica, platina e andina dos Estados Partes e Associados do Mercosul, além da Guiana, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas de cooperação e fortalecimento do processo de integração.

Seminário Faixa de Fronteira, Formosa, Argentina - 2008: Promoveu a participação dos governos locais e regionais no processo de integração a partir de suas perspectivas e necessidades e elaborou uma agenda de trabalho no âmbito do Mercosul.

Rodadas de Integração Produtiva, Manaus (AM) e Foz do Iguaçu (PR) - 2008: Criaram oportunidades de cooperação, negócios e complementaridade produtiva entre governadores, prefeitos e atores econômicos do Mercosul, a partir do intercâmbio de experiências e divulgação das diversas iniciativas nacionais e regionais.

Estratégia da Agenda do Trabalho Decente: Os estados e os municípios brasileiros também têm adotado a Estratégia do Trabalho Decente da Organização Internacional do

O Foro de Estados e Municípios contribui para que as oportunidades econômicas e comerciais geradas no Bloco se estendam aos territórios nacionais.

Trabalho (OIT), a partir de sua participação no FCCR. Durante a Reunião Plenária de Governadores e Prefeitos, sob a presidência *pro tempore* brasileira, em dezembro de 2008, na Costa do Sauípe (BA), foi assinado o Termo de Compromisso de Estratégia do Trabalho Decente da OIT, impulsionado pelo governo do estado da Bahia.

Encomex Mercosul, Foz do Iguaçu (PR) - 2009: O evento teve como objetivo fortalecer a integração regional por meio da integração produtiva, do fomento ao comércio intrabloco, da substituição competitiva de importações e de atividades que promovam negócios, troca de informações e experiências.

Projeto de Integração de Fronteira, Montevideu, Uruguai - 2009: O projeto visa identificar as ações de integração de fronteira desenvolvidas nos governos locais e regionais do Mercosul e deriva do Acordo de

Cooperação Técnica estabelecido entre o Mercosul e a Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (Aecid).

Relações interinstitucionais

Para que a agenda do desenvolvimento territorial seja incorporada efetivamente às decisões do Mercosul, o FCCR busca um diálogo permanente com as demais instâncias do Bloco, em particular com o Parlamento do Mercosul, o Grupo Mercado Comum e o Mercosul Social.

O Foro trabalha em parceria com redes de estados e municípios, como o Conselho de Desenvolvimento do Sul (Codesul), a Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (Zicosul), o Fórum de Autoridades Locais da Amazônia (Fala), o Fórum de Governadores do Nordeste, o Fórum de Governadores da Amazônia Legal, o Conselho de Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e a Rede Mercocidades. O FCCR apoia e promove as iniciativas dessas instituições, respeitando suas agendas e sua autonomia.



POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Mercosul debate políticas regionais de comunicação e informação

A Reunião Especializada de Comunicação Social do Mercosul (Recs) foi criada em 1995 para coordenar ações de comunicação e informação relativas ao processo de integração. Depois de vários anos paralisada, a Recs foi reativada em 2005 e, desde então, as reuniões têm sido regulares. A coordenação brasileira está a cargo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores.

Comunicação social

A Reunião Especializada de Comunicação Social do Mercosul supervisiona a página eletrônica da Secretaria do Mercosul. Também é de responsabilidade da Reunião produzir documentos de referência para o atendimento à imprensa durante as cúpulas presidenciais.

Uma das realizações mais recentes da Recs foi a coordenação de pesquisa junto a acadêmicos de comunicação de 14 países

sobre o tratamento dispensado por veículos da imprensa escrita ao Mercosul. As conclusões da pesquisa foram publicadas no livro “Mercosul sob os olhos do mundo: como jornais de 14 países apresentaram o Mercosul a seus leitores”, lançado em dezembro de 2008, durante a Cúpula Social do Mercosul, em Salvador (BA). Esse trabalho da Recs foi feito em parceria com a Editora da Universidade Federal de Pelotas e a Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional.

Os resultados alcançados pela Recs evidenciam como a cooperação no campo das políticas de comunicação pode contribuir para o fortalecimento do Bloco. Aprofundar a articulação entre os órgãos competentes dos Estados Partes e criar uma estrutura permanente de comunicação do Bloco são tarefas a serem realizadas.

Comunicação é discutida no Parlasul

Em dezembro de 2009 foi realizado, em Montevideu, Uruguai, o seminário Integração Regional, Representação e Comunicação, organizado pela Secretaria de Comunicações do Parlamento do Mercosul, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo do encontro foi promover formas conjuntas de trabalho entre os meios de comunicação da região e o Parlasul, de modo a contribuir para o fortalecimento da cidadania e do espaço público regional.

O evento contou com a presença de jornalistas dos quatro Estados Partes, acadêmicos e especialistas nos temas de integração regional e de comunicação. Da imprensa brasileira, participaram representantes da TV Brasil, da Agência Senado e do Canal Integração, e também de meios privados, como a revista Carta Capital e o jornal Correio Braziliense.

Cooperação entre meios públicos de comunicação

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) desenvolve um trabalho de aproximação institucional e estabelecimento de parcerias com diversas mídias públicas na América do Sul, em especial no Mercosul. Desde a sua criação, em dezembro de 2007, foram assinados ou renovados diferentes acordos de cooperação com importantes empresas públicas de comunicação da região. A ampliação do intercâmbio com a Telam, agência pública de notícias da Argentina, é um exemplo. Além disso, as rádios e TVs da EBC realizam coberturas e transmissões conjuntas das reuniões presidenciais e de outros encontros oficiais do Bloco.

Em novembro de 2008 foi realizada cobertura e transmissão do Festival Ibero-americano de música *El Mapa de Todos*, que reuniu, em Brasília (DF), artistas, produtores e jornalistas de seis países sul-americanos (Peru, Chile, Colômbia, Venezuela, Argentina, Uruguai), e também da Espanha e Portugal, além do Brasil.

Os resultados do trabalho na Recs evidenciam a importância das políticas de comunicação para o fortalecimento e a democratização da integração regional.

Seminários de mídias públicas

Merece destaque a realização do seminário “A Comunicação Pública no Processo de Integração Regional”, ocorrido em 2007, na cidade de Buenos Aires, Argentina. Nessa ocasião, diferentes profissionais dos meios públicos de comunicação dos países do Bloco tiveram a oportunidade de reunir-se pela primeira vez. Esse debate teve continuidade com a oficina Mídia Pública no Mercosul, realizada durante a Cúpula Social, no mês de dezembro de 2008, em Salvador (BA) e com o seminário *Medios públicos en el Mercosur, construyendo democracias*, em julho de 2009, em Assunção, Paraguai.

CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL

MONTEVIDÉU, URUGUAI, 7 DE DEZEMBRO DE 2009

“Há ainda hoje um déficit democrático no campo da informação e da comunicação.”

“Os países do Mercosul devem buscar avanços conjuntos, sem se limitar aos aspectos comerciais relacionados ao tema. É necessário garantir a liberdade de expressão para todos os cidadãos e cidadãs, a efetivação do direito à comunicação e à informação, a pluralidade e diversidade informativa e o respeito à diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e de orientação sexual. Todas as políticas devem ainda tomar como transversal o tema da acessibilidade, de pessoas com deficiência, à informação e à comunicação.”

“Parece-nos fundamental que haja uma definição clara, por parte dos governos, de uma política de comunicação para o Mercosul, visando ampliar o conhecimento dos cidadãos da região sobre o processo de integração regional.”

“Salientamos ainda a necessidade de reconhecimento institucional, na normativa do Mercosul, de espaços permanentes de participação da sociedade civil, em âmbito nacional e regional.”

Sítios de Interesse do Mercosul

- Centro de Formação para a Integração Regional:
www.cefir.org.uy
- Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul:
www.presidenciamercosur.org
- Delegação Permanente do Brasil Junto à Aladi e ao Mercosul:
www.brasaladi.org.uy
- Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul:
www.focem.mercosur.int
- Mercosul Cultural:
blogs.cultura.gov.br/mercosur
- Mercosul Social:
www.mercosur-social.org
- Mercosul Social e Participativo:
www.presidencia.gov.br/secgeral
- Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul:
www.observatorio.net
- Parlamento do Mercosul:
www.parlamentodelmercosur.org
- Portal Oficial do Mercosul:
www.mercosur.int
- Portal da Saúde no Mercosul:
www.mercosulsaudedevsite.com.br
- Programa Marca (Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados):
programamarca.siu.edu.ar
- Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul:
www.recam.org
- Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul:
www.mercosur.coop
- Secretaria do Mercosul:
www.mercosur.org.uy
- Sistema de Informação Ambiental do Mercosul:
siam.mma.gov.br
- Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do Mercosul:
www.mercosur.int/edu

Esta publicação foi produzida a partir de informações fornecidas pelos seguintes órgãos do Governo Federal:

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Ministério da Cultura
- Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Ministério da Educação
- Ministério da Justiça
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério da Previdência Social
- Ministério das Relações Exteriores
- Ministério da Saúde
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Ministério do Turismo
- Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom)
- Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) / Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
- Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)
- Secretaria Nacional de Juventude / Secretaria-Geral da Presidência da República
- Empresa Brasil de Comunicação

Colaboração especial:

- Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul
- Secretaria de Relações Institucionais e Comunicação Social do Parlamento do Mercosul

A *Carta de Montevideú*, boletim eletrônico da Delegação Permanente do Brasil junto à Aladi e ao Mercosul, foi utilizada como fonte de informações para a elaboração da presente publicação.

**Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome**

**Ministério das
Relações Exteriores**

**Secretaria-Geral da
Presidência da República**



Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460, Brasília-DF, em maio de 2010
Tiragem: 4.000 exemplares

**Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome**

**Ministério das
Relações Exteriores**

**Secretaria-Geral da
Presidência da República**

